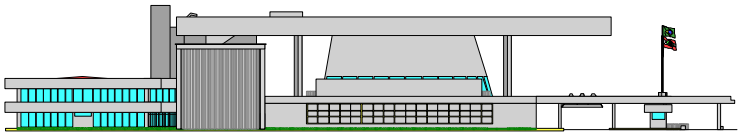
16ª Legislatura

ESTADO DE SANTA CATARINA

3ª Sessão Legislativa

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIX | FLORIANÓPOLIS, 10 DE JULHO DE 2009 | NÚMERO 6.060

16ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa
MESA

Jorginho Mello
PRESIDENTE

Gelson Merísio
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco de Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Joares Ponticelli

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
Líder: Serafim Venzon

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO
Líder:Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grando

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Cesar Souza Júnior
Dirceu Dresch
Pedro Uczai
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO
Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
José Natal Pereira
Manoel Mota
Adherbal Deba Cabral
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE PESCA E AQÜICULTURA
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos – Vice-Presidente
Giancarlo Tomelin
Edison Andrino
Adherbal Deba Cabral
Reno Caramori
Professor Grando
Quartas-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL
Rogério Mendonça - Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Romildo Titon
Ismael dos Santos
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Jean Kuhlmann
Giancarlo Tomelin
Professor Grando
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Décio Góes
Kennedy Nunes
José Natal Pereira
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Adherbal Deba Cabral
Pedro Uczai
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA , MINAS E ENERGIA
Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Herneus de Nadal
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grando
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Décio Góes - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Edison Andrino
Ismael dos Santos
Reno Caramori
Professor Grando
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Genésio Goulart - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice-Presidente
Darci de Matos
Giancarlo Tomelin
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E À MULHER
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Genésio Goulart
José Natal Pereira
Rogério Mendonça
Professora Odete de Jesus
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Pedro Uczai - Presidente
Antônio Aguiar - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Genésio Goulart
Professor Grando
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Herneus de Nadal
Genésio Goulart
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 18:00 horas

DIRETORIA LEGISLATIVA

Coordenadoria de Publicação: responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração, montagem e distribuição: Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia: responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões. Coordenadora: Maria Aparecida Orsi

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

EXPEDIENTE

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - **NÚMERO 2060**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

ÍNDICE

Plenário
Ata da 056ª Sessão Ordinária da 16ª realizada em 08/07/2009.....2
Ata da 026ª Sessão Extraordinária da 16ª realizada em 08/07/20090 14
Ata da 027ª Sessão Extraordinária da 16ª realizada em 08/07/2009 15

Atos da Mesa
Ato da Mesa DI.....20

Publicações Diversas
Ata de Comissão Permanente..... 20
Extratos 21
Portarias 21
Projeto de Resolução 24
Redação Final 24

P L E N Á R I O

ATA DA 056ª SESSÃO ORDINÁRIA DA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 08 DE JULHO DE 2009
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Angela Albino - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dionei Walter da Silva - Dirceu Dresch - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - José Paulo Serafim - Julio Garcia - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Nilson Gonçalves - Pedro Uczai - Plínio de Castro - Professor Grando - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Aborda a área da saúde; pede que a Secretaria da Saúde mantenha o Hospital Celso Ramos como referência.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Fala sobre a oportunidade de contribuir com a aprovação do Projeto de Lei complementar n. 0025/2009, que institui o plano de carreira dos Policiais Civis.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Faz um relato de uma importante reunião sobre o Codesul e Parlasul onde contou com a participação de representantes dos estados de Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; comenta matéria do Profissão Repórter da Globo, sobre o vício do crack e suas conseqüências.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Mostra preocupação com a Dengue, no Brasil, que em menos de quatro meses matou 50 pessoas; fala sobre a aprovação do plano de cargos e carreira da Policia Civil.

Partidos Políticos

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Destaca homenagem feita no Congresso Nacional para o Fernando Henrique Cardoso lembrando os 15 anos do Plano Real; fala sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal que veio trazer estabilidade e apoio as nossas empresas.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Espera que seja aprovado por unanimidade o Projeto de Lei que beneficia a Policia Civil; fala da cobrança indevida de pedágio numa estrada onde não foi concluída a duplicação da BR-101.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Comunica que toda a bancada do PMDB irá aprovar o projeto de lei que cria o plano de cargos e salários da Polícia Civil; parabeniza a atuação da Polícia Civil de Santa Catarina em função do seqüestro de um jovem de 22 anos, no município de Itapema; fala sobre a decisão do presidente do PMDB, deixar a Presidência da Celesc.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Aborda um tema de grande importância para Santa Catarina, que é o plano de carreira da Polícia Civil; mostra preocupação com o crescimento do crack, em nosso país.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Fala sobre a importância da votação do plano de carreira da Polícia Civil; pede explicações do governo do estado, sobre a saída do presidente da Celesc; apresenta relatório da visita que fez na cidade de Extrema, em Minas Gerais, referente ao novo Código Ambiental.

DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Saúda a representação da Polícia Civil que se faz presente no plenário da ALESC; volta a falar sobre a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Fala sobre a vinda do presidente da Assembléia Legislativa de Porto Alegre, o deputado Ivar Pavan, que estará amanhã em Santa Catarina; faz referência sobre a lei de sua autoria Cursinho Pré-Vestibular Gratuito para a Rede Pública, aprovada em 2002.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e

invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, desejo registrar a presença nesta Casa do sr. Acácio Pereira, ex-deputado federal e estadual, de Canoinhas, nosso conterrâneo. Desejamos a ele boas-vindas ao Parlamento catarinense. Que ele se sinta bem entre nós.

Obrigado pela visita. Um grande abraço ao fundador do PMDB, hoje na sigla do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - A Presidência cumprimenta o sr. Acácio. Ele foi deputado estadual, representando o norte de Santa Catarina. É meu amigo, companheiro do PSDB. E devoto a ele muita estima e consideração.

Muito obrigado pela honra da sua visita.

Desejo também registrar a presença dos vereadores Amarildo Jorge Moser e Rolando Strey, de Apiuna, e do ex-vereador Paulo Angelo Ferrari.

Ainda registro as presenças da delegada Soneia Neves e do delegado Dirceu Silveira, que estão acompanhados de outros delegados e policiais civis de Santa Catarina.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, queria anunciar a presença dos vários vereadores que aqui se encontram, assim como dos prefeitos de Penha e de Siderópolis, mas v.exa. já o fez. De qualquer forma, quero dar a todos as boas-vindas ao Parlamento catarinense.

Srs. deputados, povo catarinense que nos acompanha através da Rádio Alesc Digital e da TVAL, ilustres visitantes que nos dão a honra da sua presença, quero comentar hoje uma questão extremamente importante dentro da área da Saúde. Na verdade, na área da Saúde, por mais que se faça sempre vai sobressair aquilo que ainda não se fez. Deputado Antônio Aguiar, é o mesmo que ocorre na nossa casa, onde nem sempre é reconhecido o trabalho executado pela esposa, que sempre se esmera para fazer o melhor, mas somente quando alguma coisa não é feita é que se vai reparar e ressaltar a necessidade de fazê-la.

Srs. parlamentares, assim também ocorre com os serviços relativos à Saúde, à Segurança Pública e à Educação que aparecem muito, principalmente quando não são executados, mas quando o poder público age, parece que a população não percebe, fica em paz, tranquila.

Dentro da área da Saúde temos as diversas especialidades, entre elas a oftalmologia, que tem realizado um extraordinário trabalho principalmente a partir de 1995, quando o Conselho Brasileiro de Oftalmologia, em convênio com o ministério da Saúde, buscou encontrar um encaminhamento para as doenças da retina, para as doenças do cristalino, do vítreo, da córnea, pois muita gente não conseguia o atendimento necessário por falta de dinheiro.

Graças àquele convênio que houve entre o Conselho Brasileiro de Oftalmologia e o Ministério da Educação, temos, praticamente em todos os estados e em Santa Catarina também, um atendimento muito grande prestado a todos os pacientes. E os hospitais públicos, através dos programas, atendem principalmente àqueles que não têm recursos para pagar o atendimento particular ou não possuem convênios que cobrem esses procedimentos.

O Hospital Celso Ramos, um dos hospitais públicos que atende a um volume grande de pacientes, está hoje com mais de 12 médicos especialistas nas diversas áreas; praticamente todas as especialidades em oftalmologia funcionam naquele hospital. Está faltando, por exemplo, hoje, um especialista em glaucoma, mas já houve o concurso, falta apenas ser chamado, além de outros especialistas que já prestaram concurso para trabalhar no Hospital Celso Ramos, que vão se somar aos 12 médicos que já existem. O hospital possui também mais de 12 médicos que fazem a sua residência na área de oftalmologia e, por isso, atendem a um número muito grande de pacientes.

Estava analisando um relatório de três meses atrás, no qual consta o atendimento de, em média, 4.000 pacientes por mês. Esse é um número muito grande, deputado José Natal. E esse atendimento gera um número de 300, 400 cirurgias de catarata, de retina, de cristalino, do vítreo, enfim, vários tipos de cirurgias. Muitos daqueles pacientes, evidentemente, não são encaminhados para cirurgia, muitas vezes são receitados os óculos e acabou.

Então, hoje, o Hospital Celso Ramos presta, pelo menos, dois tipos de grande atendimento social. Primeiro, é o atendimento a esse grande número de pacientes de todo o estado, como lá de São Miguel d'Oeste, que não conseguem atendimento dentro dessa especialidade e que acabam sendo encaminhados para Florianópolis, para serem inseridos nesses programas do ministério da Saúde, mas tudo é administrado pela secretaria estadual da Saúde, do nosso querido deputado Dado Cherem.

Uma das preocupações que temos agora, deputado Antônio Aguiar - e peço a colaboração de v.exa. como médico, como membro da equipe da saúde, mas principalmente como líder do PMDB -, é o seguinte: imagino que por um equívoco administrativo, já que o hospital, como disse, atende 4.000 pacientes por mês, com mais de 400 cirurgias por mês, mas de repente, por um equívoco da secretaria de estado da Saúde, estão tirando a referência do Hospital Celso Ramos, passando para o Hospital Regional de São José. Podem até funcionar perfeitamente os dois grupos, até porque o tamanho da fila é muito maior que os 4.000.

Nós temos filas em Canoinhas, Mafra, Taiópolis, Brusque, Itajaí, em todas as cidades, e se forem convocados os secretários de Saúde dos municípios, duvido que não levante ali alguns 40, 50 mil pacientes que estão na fila para serem atendidos no interior do estado, mas que não o são, porque, mesmo com esses serviços que estão melhorando, não estão dando conta da grande demanda.

Então, agora a secretaria está tirando a referência do Hospital Celso Ramos, e com isso vamos deixar de atender quatro mil. Com isso vai aumentar o tamanho da fila lá fora, que está querendo ser atendida. Vamos deixar de operar 400 ou 500 pacientes por mês. O hospital que tem uma residência médica, são doze residentes.

Então, temos que ter compromisso, porque amanhã ou depois os especialistas de agora também irão para o céu. E terão que entrar outros, pessoas novas, renovar. E essa renovação acontece através da residência. Por isso, manter o funcionamento no Hospital Celso Ramos é importante também socialmente, porque é uma forma de nós, todo ano, formarmos mais quatro ou cinco médicos residentes, médicos especialistas, que vão para o mercado de trabalho. Isso também vai ampliar o atendimento oftalmológico a todos os cidadãos catarinenses.

Portanto, quero pedir o apoio especial, aqui, do presidente, do líder de cada bancada, deputado Antônio Aguiar, deputados de outros partidos, para que a secretária da Saúde retire esse equívoco e mantenha o Hospital Celso Ramos como referência, porque está prestando um grande serviço à sociedade e não pode deixar...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, telespectadores da TVAL, pessoas que nos acompanham nesta sessão, especialmente os profissionais da segurança pública, trabalhadores da Polícia Civil do estado de Santa Catarina.

É com satisfação, senhores e senhoras, que terei a oportunidade de contribuir, modestamente, com a aprovação do Projeto de Lei Complementar n. 0025/2009, que institui o plano de carreira dos policiais civis, que aprovamos hoje, pela manhã, nas comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Pública, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público. Esse trabalho irá, ao que sabemos, pelo nosso acordo, deputado Antônio Aguiar, na Ordem do Dia, na pauta de hoje, o PLC n.0025/2009 que trata do pano de carreira dos policiais civis. E queremos aqui parabenizar todos os trabalhadores da Polícia Civil.

Estamos desde 2003 a discutir as questões relativas à situação salarial dos trabalhadores da segurança. Temos ouvido o Sintrasp falar disso. E sempre nos colocamos, desde aquela época, solidários com a necessidade e a importância da aprovação de um plano de carreira para a Polícia Civil, para os policiais civis, enfim, que fosse efetivamente destravada a situação de rigidez na mobilidade funcional dos policiais civis do estado de Santa Catarina. E felizmente teremos aqui na tarde de hoje a oportunidade de aprovar esse projeto. Estiveram-nos procurando nos gabinetes tanto a diretoria do Sintrasp, o João Batista, o Garcês, o Carlos, como também da Arpoc, cerca de três ou quatro semanas atrás, e sempre colocamos a mesma questão: a um projeto de plano de carreira que seja de plano de carreira estaremos 100% de acordo. E confiamos nos companheiros que também contribuíram muito para que se pudesse esclarecer a nossa própria posição a respeito daquilo que, efetivamente, estava vindo, daquilo que efetivamente viria para Assembleia Legislativa, e não apenas para ficar ouvindo a rádio corredor, criando uma série de especulações, de sensações, de obstruções em cima de informações que, talvez, não fossem jurídicas.

Então, quero parabenizar todos e dizer desde já, como vocês já têm conhecimento, que o nosso voto na tarde de hoje será favorável tanto à tramitação - essa é a nossa posição como líder do PDT -, quanto ao texto e à redação final, caso possamos definir isso

hoje, delegado Dirceu e delegada Sônia. Assim ficará pronta pelo menos essa angústia da Segurança Pública, já que são tantas as angústias. E tomara que pelo menos essa possamos superar na tarde de hoje. E aí ficará dependendo tão somente da sanção do governador do estado, o que deve acontecer na próxima semana. E torcemos que assim seja para que possamos, enfim, começar a caminhar de volta para uma aproximação, para uma unificação, quiçá uma unificação legal, real, efetiva e constitucional no futuro da Segurança Pública do Brasil e também no estado de Santa Catarina.

Nós sempre estivemos abertos para esse diálogo da aproximação com vistas, inclusive, à unificação das duas Polícias, a Militar e a Civil. E é evidente que a nossa posição é em defesa pela desmilitarização das Polícias Militares.

Parabéns a todos vocês e depois conversaremos mais!

Quero dizer que chegaram ao final da tarde de ontem três projetos relativos à questão salarial dos servidores da Segurança Pública. Um foi o PLC n. 0028/2009, que estabelece R$ 300,00 de abono para todos os servidores, incluindo os oficiais e os delegados. E agora a autoridade também recebe abono no estado de Santa Catarina, e isso tem uma simbologia: que o nível de pobreza está atingindo todos os servidores da Segurança Pública no nosso estado, tanto que está todo mundo já gostando de receber um abono.

Esse abono vai ser parcelado em três vezes, espaçado com a diferença de tempo de seis meses entre uma e outra parcela de módicos, ínfimos R$ 100,00. A primeira agora em agosto de 2009, a segunda em fevereiro de 2010, a terceira em agosto de 2010, já em pleno processo eleitoral do ano que vem, o que indica que o governo parece que já deu tudo por resolvido, já resolveu o escalonamento de salários para nós todos até o final do governo. São oito anos de mandato, e vão ser cinco em que nós teremos R$ 300,00 de abono em cinco anos, porque desde o começo de 2006 ninguém recebe um centavo a mais.

Mas para os militares estaduais, já que vocês ganharam o plano de carreira novinho em folha, veio o PLC n. 0027/2009, que institui critérios para a valorização profissional dos militares estaduais. Naquilo que é para todo mundo, naquilo que é para a maioria dos servidores militares, que são os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, que são 90% das instituições militares do estado, essa valorização constitui 7% para cabos e soldados e 5% para subtenente e sargento.

Esse percentual vai ser concedido não somado, acrescentado, em cima do soldo; vai ser criada uma gratificação chamada de indenização de valorização profissional do militar: 7% para o cabo e soldado e 5% para subtenente e sargento. E nós vimos o que vale isso para cada um efetivamente, fazendo cálculos nesta madrugada. E vou ler o que isso significa para cada uma das graduações dos praças da Polícia e dos bombeiros:

(Passa a ler.)

"Subtenente, R$ 95,68;
Primeiro-sargento, R$ 84,42;
Segundo-sargento, R$ 78,79;
Terceiro-sargento, R$ 73,16;
Cabo, R$ 81,42;
Soldado Primeira Classe, R$ 76,17;
Soldado Segunda Classe, R$ 70,91;
Soldado Terceira Classe, R$ 65,66."

Esta é uma indenização de valorização do militar estadual. Os praças vão receber isso tudo como valorização profissional.

"Há, mas há outras coisas dentro do projeto". As outras coisas a grande maioria não vai receber. O projeto dá 2% também em cima do soldo numa gratificação aparte, que vai dar vinte e poucos reais para quem tiver um CAS, no caso o segundo-sargento, o primeiro-sargento e o subtenente. Dá 10% para a função de comando que a minoria dos praças vai receber, menos de R$ 200,00 de um total de 13 mil, e a maioria dos oficiais vai receber. Dá meio soldo para quem acumular função. Não conheço nenhum praça que acumula função. E se acumulasse até ontem ou até hoje ou até a semana que vem, alguém vai dar um jeito de que não acumule mais, até porque quem comandar pelotão isolado acumulando função receberá meio soldo, 50%.

E é isso que temos! Aliás, nós temos o PL n. 250/2009. Eu não gostaria de falar dele, até para não parecer ironia, porque é muito necessário - e daí é para todos nós, servidores da Segurança Pública. O PL n. 250 dá uma indenização de R$ 100 mil para os herdeiros do servidor da Segurança Pública morto em função de serviço, e R$ 50 mil para indenização por invalidez que implique na perda das condições de continuar trabalhando. E uma proporção disso para traumas que provoquem alguma deficiência, e há uma graduação no anexo, que também todos podem ver.

Isso é importante e deveria existir antes. Mas é bom nem falar do tipo de piada que já vem acontecendo por conta dessa gratificação. Ou seja, a nossa vida vale R$ 100 mil. E a valorização para quem fica vivo é R$ 70,00.

Então, é isso que está colocado nesse projeto. Nós vamos fazer a assembleia, estamos chamando todos os praças para discutir esses assuntos na quarta-feira, às 8h, na capital, porque achamos que foi muita festa, muita pompa e circunstância e uma merreca de proposta que nos mandaram.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, por até dez minutos, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, plateia que nos assiste e comunidade catarinense, hoje foi realizada, pela parte da manhã, a importante reunião conjunta do Codesul e Parlasul, na qual foram discutidos vários assuntos. Entre eles, a ideia de começarmos a chamar os quatro estados que fazem parte do Codesul, que são Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, de Brasil Sul. Por quê? Porque já temos, por exemplo, um nome que todo mundo se identifica, ou seja, nordeste. Todo mundo se identifica com os estados da região nordeste. Nós, no sul, temos que criar um nome que também nos identifique mais perante a mídia e a comunidade brasileira e internacional.

Nós tivemos a presença do governador anfitrião Luiz Henrique da Silveira, de Santa Catarina, do governador Roberto Requião, do Paraná, da governadora Yeda Crusius, do Rio Grande do Sul, e do governador André Puccinelli, do Mato Grosso do Sul, que por sinal é médico cirurgião-geral, uma pessoa que nós, como médico, nos identificamos.

Temos a dizer que durante essa reunião ficou definido que o Codesul faça com que seja liberada maior quantidade de recursos para a nossa região através de uma agência de desenvolvimento. E essa agência de desenvolvimento tem que ter no seu bojo a representatividade que se faz pelos deputados federais e senadores. E são os senadores desses quatro estado que têm a missão de fazer com que as verbas do PAC, as verbas federais, comecem a ser cumpridas nesses quatro estados.

Mas também tivemos a presença na reunião dos secretários estaduais de Saúde, e a nossa secretaria da Saúde esteve representada pela sra. Carmen Zanotto.

E ficou acertado que esses quatro estados têm que fazer em conjunto a defesa sanitária, porque há várias barreiras que têm que ser respeitadas, uma vez que fazemos divisa com Paraguai, Bolívia, Argentina, Uruguai e assim por diante. Nós temos também as divisas interestaduais que têm que ser respeitadas.

Sabemos que em Santa Catarina temos uma grande conquista com relação à febre aftosa. Lá no Rio Grande do Sul está havendo, nesse momento, um aumento do foco da febre amarela. Assim, na quarta-feira que vem vão-se reunir todos os secretários estaduais para discutir o problema da gripe causada pelo vírus H1N1 que se está difundindo em todo o mundo, e nós não estamos imunes a isso. Está chegando, sim, o vírus da Gripe Influenza do tipo H1N1, e essa reunião de quarta-feira vai ser realizada entre os secretários estaduais para fazer o controle mais efetivo da contaminação não só do vírus Influenza, como também das contaminações que existem no nosso meio.

(Passa a ler.)

"Eu gostaria também de me reportar, hoje, já que estamos falando em saúde, sobre o que passou nesta semana na Rede Globo, que apresentou um dos mais impressionantes programas jornalísticos dos últimos tempos. O *Profissão Repórter* mostrou o vício do *crack* e as suas consequências. Foi um programa em que o experiente repórter Caco Barcellos e outros jornalistas de sua equipe saíram às ruas de São Paulo para mostrar a tragédia humana de seres degradados pelo vício que vivem na Cracolândia, uma região do centro paulistano onde passam a noite e o dia consumindo drogas.

O programa também abordou a luta das pessoas que tentam se recuperar em clínicas e em suas inúmeras residências. No mundo dessa droga perversa há até um caso extremo, que resultou na morte de um filho único de 25 anos atingindo por um tiro disparado pela própria mãe.

Senhoras e senhores, exemplos como esses dão apenas uma amostra do que significa a droga, seus efeitos na sociedade, o drama que tem um familiar envolvido com o seu consumo.

Essa potente droga começou a chegar ao Brasil em 1989, e em 20 anos tornou-se uma chaga nacional, pois seu consumo disseminou-se.

Hoje não é mais privativo de uma classe, pois em todos os meios encontramos famílias desgraçadas por ter que conviver com o cotidiano de pessoas aprisionadas pelo vício, muitas vezes jovens cujo futuro passa a ser uma incógnita, quando não fica comprometido o futuro daqueles que o cercam.

Subproduto da cocaína, a partir da *merla,* que é uma variação da pasta de coca, é uma mistura de baixo ponto de fusão e ebulição, tornando possível sua queima com o auxílio de cinzas que são colocadas em um cachimbo.

A droga ganhou tal dimensão que praticamente alijou o uso de cocaína por via intravenosa, pois o *crack* provoca efeito semelhante e é tão potente quanto à cocaína

injetada. A forma de uso do *crack* também favoreceu a sua disseminação, já que não necessita de seringa, bastando apenas um cachimbo, muitas vezes improvisado.

O *crack* eleva a temperatura corporal podendo levar o usuário a um acidente vascular cerebral. A droga também causa destruição de neurônios que provoca no dependente degeneração muscular.

O usuário de *crack* torna-se completamente dependente da droga em pouco tempo. Viciado, o usuário continua a consumi-la apenas para fugir aos desconfortos da síndrome de abstinência que envolve depressão, ansiedade e agressividade comuns a tantas drogas estimulantes."

Em Santa Catarina já existe, através da RBS, um grande programa social que atinge toda a comunidade e que tem o nosso apoio. Como médico ortopedista, temos a consciência de que precisamos ajudar essas pessoas que fazem com que a nossa família, os nossos filhos e a nossa comunidade sofram. E temos que começar a ter consciência desse sofrimento, e essa consciência não é só para os usuários, ela é para a sociedade, o Parlamento, a secretaria da Saúde, os prefeitos, o governador do estado, o presidente da República, os senadores, os deputados federais. Enfim, estamos conscientes de que temos que estar cientes e dar um basta no *crack*.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado José Natal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, a reunião da qual v.exa., deputado Antônio Aguiar, participou hoje na parte da manhã sobre o Cone Sul foi um diferencial realmente para os quatros estados que compõem, no meu entendimento, a diferenciação no jeito de administrar a coisa pública no Brasil. Deveriam chamar estados de belezas naturais inigualáveis.

Com certeza absoluta, todos os quatro são estados administrados por grandes pessoas públicas e têm grandes belezas naturais que são o diferencial dos demais estados da federação. Então, os estados do Conesul poderiam se chamar de estados de belezas naturais. Fica aqui a minha sugestão.

Quero reportar-me, também, a uma situação que foi colocada pelo deputado. Pelo que consegui captar, a propagação no mundo do vírus H1N1 é uma realidade.

Mas especificamente, no nosso país, estão-se esquecendo da Dengue, E em menos de quatro meses a Dengue, no Brasil, matou quase 50 pessoas. Com o foco da mídia nas questões mundiais, muitas vezes deixam de focar as situações importantes do nosso país no sentido de que devam ser resolvidas de imediato.

A Dengue voltou forte e está matando no país mais do que o vírus da gripe H1N1, e está passando despercebido pela sociedade brasileira e pela mídia.

Da mesma forma que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso fez um pronunciamento ontem, o senador Mercadante no momento se pronunciou, srs. deputados. Ele ontem admitiu que o país está no caminho certo porque o presidente Lula soube aproveitar as grandes ações de governo implementadas pelo Fernando Henrique Cardoso.

Isso foi dito ontem, no Senado Federal, e mídia nenhuma divulgou, porque ontem a mídia estava voltada para o sepultamento do Michael Jackson. Mas são dois grandes homens públicos que têm realmente uma grande diferenciação no jeito de administrar a coisa pública, com critério e seriedade, e são bem poucos os que possuem essas qualidades neste país, lamentavelmente.

Mas a Polícia Civil do estado de Santa Catarina, daqui a algumas horas, não mais do que uma hora e meia, vai vivenciar um momento tão aguardado em que a maioria dos srs. deputados tiveram a oportunidade de dar a sua contribuição para tal feito. Alguns deputados ainda colocam o reparo - e aconteceu pela manhã e também agora pelo deputado Sargento Amauri Soares, que é um grande defensor da causa da Segurança Pública do estado de Santa Catarina -, de que provavelmente a vida de uma pessoa, de um policial militar valha R$ 100 mil. Sim! Mas pior, deputado, é que até ontem ou até a aprovação não valia nada. A Segurança Pública, no sentido da Polícia Civil, até ontem não tinha um Plano de Cargos e Carreiras definidos na sua estrutura, mas vão ter a partir de amanhã.

Então, nós temos que fazer um discurso para enaltecer que não se consegue realizar tudo num único governo. Muitos prometem com o intuito de solucionar, mas as barreiras administrativas, as barreiras financeiras do Brasil não foram fáceis no passado e continuam não sendo fáceis com a crise mundial.

Mas nós somos um país de garra, um país diferente, e nesta Casa, ontem, foram homenageados homens da ADVB de Santa Catarina. Se eu pudesse teria lhes dito, assim como o Obama disse que o Lula era o cara, que eles são os caras, porque produziram e produzem a riqueza deste país para sustentar o Estados Unidos quase quebrado e falido.

Esses são os caras, e não o Lula, que não tem, como se diz, mérito. O presidente Lula tem mérito em muita coisa neste país, mas não pode ser julgado o cara, sozinho. O cara é quem produz, são todos esses que estão aqui, que colocam realmente a cara para bater na hora em que o Brasil precisa, que o estado precisa, que a sociedade clama, tanto contra como a favor! Quando o governo quer usá-los a favor, usa. E quando quer usá-los contra, usa também. Então todas essas pessoas são os caras, não só o Lula.

Então, num governo só não é possível, não é viável conseguir-se realizar tudo. Eu estou tendo a felicidade e a oportunidade, pois Deus me dá este momento, de vivenciar com vocês que ao passar pela Assembleia Legislativa nem tudo conseguimos realizar. Quando forem cobrar o pleito de vocês de quem prometeu e conseguirem realizá-lo, vou me sentir feliz por poder apreciar e darei a minha contribuição com certeza absoluta.

Não é tudo que queríamos, mas vamos buscando em etapas, com seriedade, como tudo que aconteceu até este momento. Procuraram os deputados. Foram atrás de nós. Eu cheguei a Chapecó e havia mais ou menos uns 50 ou 60 policiais civis pedindo apoio com critério, com respeito. Tudo isso é importante para o que neste momento irá acontecer.

Então, gostaria de dizer que o discurso rápido de Oposição é legal de ser feito, pois é só jogar palavras ao vento e deixar a coisa rolar. Aí, na hora em que se aprova, porque somos a maioria na base de aprovação, como disse ontem - não é que sejamos diferenciais -, eles que criticaram e tal logram êxito. Mas estou feliz, repito, de poder estar aqui vivenciando com vocês este momento do PLC 029 relativo à educação.

Puxa vida! Nós sempre, na nossa vida pública, falamos em saúde, educação, saneamento e agora, volto a falar, sobre a questão da Segurança Pública. Na saúde todos os dias há problemas. Quem iria imaginar que o H1N1 surgiria como epidemia, abalando os cofres do governo. Daqui a pouco a Dengue, propagando-se do jeito que está, levará milhões de reais dos governos federal, estadual e municipal para seu combate. E outras prioridades ficarão para trás porque não existe suporte de caixa para tal. Não existe.

Então nós queremos, como deputados, que Santa Catarina continue sendo um estado diferente dos demais da federação. Nós temos provado isso! Aqui, no passado, muitos deputados disseram que a Polícia Militar de Santa Catarina é um exemplo para a Polícia Militar brasileira. É verdade, mas a Polícia Civil do estado de Santa Catarina também é um exemplo para a Polícia Civil do Brasil, que trabalhou até este momento sem um plano de carreira definido...

(Manifestações das galerias.)

E agora os senhores terão um plano de carreira definido porque Leonel Pavan e Luiz Henrique da Silveira quando empenharam a palavra buscaram o aval dos senhores deputados, daqueles que não fazem discurso fácil. Quando fui procurado - e aqui quero enaltecer, sim, porque mereço - eu disse a eles que fossem para casa sossegados, porque coloco-me na condição de funcionário público e não tenho uma carreira até hoje. Isso é triste! Terão de qualquer jeito o meu apoio. Foi isso que aconteceu e é isso que vai acontecer.

Parabéns a Assembleia Legislativa! Parabéns ao governo! Parabéns ao deputado Elizeu Mattos, porque numa manobra que tentaram fazer para impedir tal feito, ele, como líder do governo, juntamente com este deputado e outros, preparou-se e foi buscar a solução. Servimos de chacota por dois dias nesta Casa, mas, como dizem por aí, não decepcionamos, porque isso será realidade daqui a algumas horas.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prezados companheiros do PSDB, deputados Nilson Gonçalves, José Natal, Marcos Vieira e Giancarlo Tomelin, que hoje me dão a honra de ocupar um espaço do horário destinado ao PSDB, de oito minutos.

Queria destacar uma homenagem que foi feita ontem no Congresso Nacional para o Fernando Henrique Cardoso lembrando os 15 anos do Plano Real, os 15 anos da estabilização da moeda, uma tentativa que foi feita anteriormente e sempre foi frustrada, não dava certo.

Se a inflação enganava ou roubava do povo as suas economias, principalmente daqueles mais carentes, com aqueles planos, como o Plano Funaro, que acabou enganando muito mais ainda.

Lembro-me de um produtor de fumo que no início do Plano Funaro aplicou no Banco do Brasil, na época, R$ 22 mil, referente à economia que aquele plantador de fumo teve durante um ano. E aplicou o dinheiro em uma letra do Banco do Brasil, parece-me que foi a RDB, que era a que melhor pagava. Passados dois anos, conforme havia sido feito o contrato, aqueles R$ 22 mil acabaram se transformando em R$ 18 mil, ou seja, até o

Banco do Brasil roubava dinheiro dos mais carentes, da população, porque aqueles planos que tinham sido feitos, na verdade, acabavam ludibriando os mais carentes.

E por que será que o Plano Real deu certo? Primeiro, porque além da estabilização da moeda o governo se preocupou para fazer um conjunto de outras ações, que deram suporte para mantê-lo estável. Uma delas, por exemplo, foi a renegociação das dívidas dos estados. Todos eles deviam bilhões para o governo, só que não pagavam. A praxe era: não importa o quanto você deve, a dívida deve rolar para frente. Esse era o conceito que se tinha. Todos os municípios deviam para a previdência, para o FGTS.

Lembro-me de prefeitos que diziam que pagar a previdência era coisa de prefeito tolo, que não se deveria pagar coisa nenhuma e, sim, usar esse dinheiro para fazer pontes, estradas e tal. E quando o cidadão, o funcionário ia se aposentar onde estava o depósito que deveria ter sido feito? Cada prefeito podia fazer a dívida que quisesse, cada prefeito podia contrair ou executar a obra que ele imaginasse que conseguiria fazer. Depois o dinheiro acabava no meio da obra e ficava sem o dinheiro ou com uma parte desse investido, enterrado nos pilares da ponte, sem a ponte porque não havia sido concluída e, naturalmente a população ficava com um conjunto enorme de deficiências na saúde, na educação, na segurança.

A Lei de Responsabilidade Fiscal veio obrigar, veio trazer seriedade para todos os prefeitos. Cito o município de Brusque, que hoje é administrado pelo ex-deputado Paulo Eccel, do PT e anteriormente pelo Ciro Marcial Roza, do DEM. Não havia o conceito de que de repente estaria gastando-se demasiadamente. Não, o prefeito gastou aquilo que poderia gastar, aquilo que ele tinha para gastar, que tinha para investir e não comprometeu em nada a atual administração. Não só porque ele queria ou não queria comprometer as administrações futuras, mas porque a lei não lhe permite fazer.

Essa lei também aprovada pelo governo Fernando Henrique Cardoso seguramente veio modificar todo o comportamento político das pessoas e, por influência, também o comportamento da sociedade, bem como o conceito que o cidadão tem sobre todos nós, políticos, e passamos a administrar, por força da lei, com a mesma responsabilidade com que administramos as nossas coisas, até porque se não for assim, amanhã ou depois, quando houver um processo, vão ter que cobrir o déficit com o dinheiro de cada um.

Então, a Lei de Responsabilidade Fiscal foi um dos outros grandes fatores que veio trazer estabilidade e apoio as nossas empresas, que até então não conseguiam competir nem com os países do Mercosul, como a Argentina, o Uruguai, o Chile.

Hoje as nossas empresas têm capacidade para competir com o México, os Estados Unidos, os países europeus, e competem de igual para igual com os países asiáticos. Fala-se até numa moeda única entre alguns países para facilitar o mercado.

Esta estabilidade trouxe a modernização dessas empresas, e veio trazer também tranquilidade para a sociedade. Naturalmente isso foi um grande suporte para a manutenção da estabilidade da moeda, que já dura 15 anos, não porque o governo imprimiu algumas leis forçando a obediência da medida provisória que instituiu o Plano Real, mas sim por um conjunto de leis, de normas que o governo implementou e passou a cumprir, exigindo que os estados e os municípios passassem a cumprir também. Assim a sociedade passou a ter os seus direitos, mas também teve que cumprir as suas obrigações.

V.Exas. devem lembrar das quantas instituições, hospitais que não pagavam FGTS, INSS para os seus funcionários, e que hoje são obrigadas a fazê-lo. Tudo isso veio trazer estabilidade a economia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Eu gostaria de registrar a presença nesta Casa do prefeito Saulo Weiss, do município de Anitápolis, que está tratando de assunto inerente ao seu município, especificamente sobre a audiência pública que será realizada no dia 16, neste Parlamento.

Prefeito Saulo Weiss, a nossa saudação e que a sua vinda a este Parlamento realmente traga a resolução dos problemas daquele município hoje, e no próximo dia 16.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sra. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, visitantes que nos dão a honra de participar na tarde de hoje da sessão no Parlamento catarinense, servidoras e servidores da Polícia Civil, quero dizer que esta Casa está trabalhando para poder cumprir uma missão.

Queremos poder dar os primeiros passos rumo a um projeto importante, que lhes dê a segurança num plano de carreira. É o início de uma luta que vai crescer cada vez mais a fim de ver o policial civil trabalhar com mais ânimo, mais vontade e mais garra, apesar dos relevantes serviços que sempre prestaram e prestam a Santa Catarina.

É importante esse dia de hoje para que possamos dar um pouco daquilo que tanto vocês merecem. Pelo menos, nós, do governo, estaremos ajudando no sentido de que se inicie uma nova etapa de luta. Nós sabemos perfeitamente que faz tempo que a Polícia Civil estava meio esquecida, mas precisamos corrigir isso e fazer um pouco de justiça por tudo aquilo que trabalham.

Srs. telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital que estão acompanhando o desdobramento das atividades do Parlamento catarinense, quero dizer que as pessoas que nos visitam hoje saíram de Sombrio a trabalho. São elas: o presidente da Câmara de Vereadores, sr. José Possamai; o secretário Jânio Marguti; os vereadores Nego Gomes, meu afilhado, e Paulo Custódio. É uma equipe de primeira linha, que presta relevantes serviços àquele município, realizando audiências públicas. Quero citar ainda os secretários da Segurança e da Saúde e também o diretor-presidente da SCGás.

Agradecemos as presenças, desejando que se sintam bem na Casa do Povo.

Srs. deputados, temos a presença de vários policiais civis nas galerias desta Casa. Quero dizer que a categoria está fazendo um gigantesco trabalho de mobilização pelo estado, objetivando buscar melhores caminhos para a classe.

Estamos acompanhando a categoria, suas reivindicações e o governador foi sensível ao pleito. Houve alguns desdobramentos, que já foram superados, e as coisas estão andando.

O deputado Elizeu Mattos, de Lages, líder do governo, foi peça fundamental para construir esse momento que estamos vivendo junto à Polícia Civil. E quero dizer que terça-feira ou quarta-feira estaremos juntos com a Polícia Militar.

É preciso olhar para trás para saber a luta que foi empreendida por esses companheiros, que buscam resultados a cada instante, sempre garantindo a segurança pública, o bom atendimento a todos os setores do estado de Santa Catarina.

Cumprimentamos esses cidadãos e esperamos que o projeto seja aprovado aqui por unanimidade, para que possamos fazer justiça, porque a categoria merece.

(Palmas das galerias.)

Há 26 anos milito na vida pública e não admito injustiças e nem cobranças indevidas. Respondo a quatro processos na Polícia Federal sobre o fechamento da BR-101, mais especificamente sobre a sua duplicação. Agora, não posso aceitar de forma alguma que o pedágio seja cobrando indevidamente, numa estrada que ainda não foi construída. Isso não dá para aceitar.

Qual é a finalidade do pedágio? É para a manutenção da obra. Se não há manutenção, o pedágio é cobrado indevidamente por um grupo espanhol que está abusando de Santa Catarina. Esse grupo não está cumprindo o que está no contrato, ou seja, cobrar o pedágio depois de concluída a duplicação da BR-101.

Deputado Herneus de Nadal, 200m depois da ponte não há cobertura. Colocaram no último trecho para poder dividir Palhoça ao meio.

Então, vamos ver se vamos fazer ou não uma manifestação neste sábado, mas no outro sábado vamos convocar todas as Câmaras Municipais de Osório até Palhoça e vamos apenas dizer em que horário vamos fechar. Se vamos reabrir só Deus sabe, porque está na hora de tomarmos algumas medidas porque o povo não pode pagar indevidamente. Nós somos deputados para defender o povo e não podemos deixar que se tire dinheiro do usuário indevidamente. Para mim, cobrar indevidamente é a mesma coisa que roubar do usuário da BR-101, principalmente do morador do município de Palhoça, que foi dividido ao meio.

Não vamos admitir isso e vamos tomar todas as medidas possíveis, porque, modéstia à parte, temos um pouco de coragem para tomar algumas iniciativas. Se isso não resolver, ainda resta, deputado Antônio Aguiar, atravessar um caminhão em cima de uma ponte e somente um trator D12 poderá arrastá-lo, pois a verdade é que vamos trancar a rodovia, podem ter certeza. Tudo pode acontecer! Já admitimos pagar pedágio, mas pagar sem estrada não dá, não tem jeito, mas não tem jeito mesmo!

Por isso, quero convidar este Parlamento para que no próximo sábado, não neste, tenhamos uma manifestação em defesa do povo de Santa Catarina, em defesa do sul do Brasil para que esse abuso não aconteça.

Sr. presidente, quero por fim dizer a essa categoria profissional espetacular que aqui se encontra, que presta um relevante serviço, que dá resultado e resposta ao nosso povo, que fique tranqüila porque este Parlamento, na tarde de hoje, vai dizer sim unanimemente para cumprir com o compromisso assumido!

Um abraço e muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Ainda dentro do horário reservado ao PMDB, com a palavra o deputado Rogério Mendonça pelo restante do tempo.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sra. presidente, deputada Ada De Luca, sras. deputadas, srs. deputados, em primeiro lugar, quero dizer da alegria de participar de uma sessão presidida por uma mulher, a amiga e correligionária do PMDB que muito honra esta Casa.

Quero fazer uma saudação também aos policiais civis que aqui estão e, com certeza, na sequência vamos aprovar o projeto de lei que cria o plano de cargos e salários da Polícia Civil do estado de Santa Catarina. Este deputado, por certo, votará favoravelmente ao conteúdo global desse projeto, assim como toda a bancada do PMDB. Tenho certeza de que o referido projeto será aprovado por unanimidade neste Parlamento.

(Palmas das galerias)

Srs. deputados, quero aproveitar para parabenizar a atuação da Polícia Civil de Santa Catarina em função de um episódio recentemente ocorrido em Itapema, onde um jovem de 22 anos, filho de um empresário, foi seqüestrado. A nossa Polícia Civil prontamente solucionou o caso: o rapaz foi libertado, o dinheiro pago aos bandidos foi recuperado e praticamente todos os envolvidos já foram presos. É bom que se ressalte que há 22 anos todos os casos de seqüestro ocorridos em nosso estado foram solucionados, o que é mais uma demonstração do valor da Polícia Civil do estado de Santa Catarina!

(Palmas das galerias)

Se me permitem, quero fazer uma referência ao maestro José Nilo Vale, que está aqui conosco, que é o diretor artístico e regente da Orquestra Sinfônica de Santa Catarina, até porque deveremos votar no dia de hoje ou numa próxima sessão um projeto de lei de minha autoria que, na verdade, reconhece publicamente a Osca como patrimônio histórico, artístico e cultural do estado. Assim, nossos parabéns ao maestro e ao trabalho desenvolvido por essa orquestra do nosso estado.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Ouço v.exa. rapidamente.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Deputado, quero apenas parabenizar o maestro e dizer que ontem foi aprovado na comissão de Educação o projeto de lei de sua autoria referente à Osca.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Muito obrigado meu líder, deputado Antônio Aguiar.

Neste espaço que me resta, gostaria de falar um pouco sobre a decisão do nosso presidente do PMDB de deixar a presidência da Celesc, que saiu pelo motivo principal e maior, qual seja, a sua dedicação exclusiva ao projeto político.

(Passa a ler.)

"Sem dúvida, Eduardo Moreira vai aglutinar forças, pois o PMDB é o maior partido de Santa Catarina, presente nos 293 municípios, e quer que ele seja o nosso candidato no ano de 2010. As bancadas federal e estadual fecham com Eduardo Moreira. São solidárias à decisão e à sua candidatura ao governo no pleito do próximo ano.

Em dois anos e meio à frente da Celesc, Eduardo Moreira mostrou sua competência administrativa, que já havia provado enquanto prefeito de Criciúma e na condição de governador, em 2006.

Os balanços da Celesc são públicos. Em 2007 apontou um resultado favorável de R$ 346 milhões, aí incluindo a venda de alguns ativos. Em 2008, lucro de R$ 258 milhões, com distribuição de dividendos aos acionistas.

A Celesc sempre manteve o interesse público com uma administração voltada para o social. Tanto é que, até agosto, deve garantir abastecimento de energia para 100% das propriedades rurais de Santa Catarina. Uma empresa reconhecida pelos seus consumidores por sua eficiência no segmento da energia elétrica.

O interesse social recentemente também foi expresso pelo investimento na SCGás, empresa cujo capital social a Celesc detém 51%, porque Santa Catarina precisava ter um novo modal energético.

Eduardo Moreira sempre foi contrário à privatização da empresa. Esta também é a posição da bancada estadual do PMDB.

Quero colocar aqui alguns destaques da gestão Eduardo Moreira:

Ações corporativas

Implementou a desverticalização das atividades da Celesc, que criou a Celesc Holding e duas subsidiárias integrais: a Celesc Geração e a Celesc Distribuição;

A Celesc Geração ganhou força e prepara-se para ingressar, de maneira firme, na construção de novos empreendimentos no estado. O investimento na área somou R$ 58 milhões em 2008. Em 2007 havia sido de R$ 260 mil.

A empresa já trabalha em diversas frentes para garantir sua participação em projetos de repotenciação das usinas existentes e em novos projetos de geração hidráulica, térmica e eólica.

Na subsidiária de Distribuição

Em Santa Catarina, apesar do arrefecimento das expectativas sobre o desempenho da economia global, investimentos previstos em novos empreendimentos e ampliações estão mantidos e devem contemplar quase todas as regiões do estado.

Para 2009, a subsidiária de Distribuição exibe proposta orçamentária de R$ 306,64 milhões. Do total orçado, cerca de R$ 277 milhões seriam destinados a obras de ampliação e melhoria do sistema.

Na gestão de Eduardo Moreira, destaque para:

Implementação do programa Luz para Todos - A energia no campo reduz o êxodo rural e incrementa o desenvolvimento social e econômico das famílias, com ampliação do agronegócio.

Desde 2003 a Celesc levou os benefícios da energia elétrica para 40 mil famílias no meio rural e, dessas, 24 mil foram beneficiadas pelo Luz para Todos, programa subsidiado pelo governo federal, pelo governo estadual e pela Celesc Distribuição. Na gestão Pinho Moreira, via programa de eletrificação rural, mais de 14 mil famílias foram beneficiadas.

Deixa diversas obras em andamento

Empreendimento Florianópolis Agronômica - 30% a mais de energia para a Ilha.

Nova linha de transmissão para o norte da Ilha (que evitará sobrecarga do sistema no verão)

Novas linhas de transmissão para melhorar o atendimento a Orleans, Içara, Criciúma, Braço do Norte, Ponte Alta, São Cristóvão, Blumenau, Pomerode, Florianópolis, Videira, Pirabeiraba, Garuva, e dezenas de outros municípios.

Novas subestações em Jaraguá do Sul e Pomerode.

Processos licitatórios em andamento para atendimento de Garuva, Indaial e norte da Ilha de Santa Catarina.

Ainda deverão ser licitadas este ano novas subestações para São José do Sertão (que melhorará o atendimento na região da Grande Florianópolis), para Navegantes, Joinville e Itapoá.

Recém concluiu: ampliação do sistema elétrico de Joinville e de Caçador.

Viabilizou: a modernização e renovação do parque de informática da empresa, com implantação de sistema de gerenciamento integrado, a construção de novos pontos de atendimento comercial, a ampliação e modernização do atendimento via *call center.*

Viabilizou: o crescimento da atuação da empresa em projetos de responsabilidade social, com a capacitação de jovens para o mercado de trabalho, a geração de renda de famílias e comunidades envolvidas na construção de aquecedores solar feito com materiais recicláveis, com a promoção de ações visando o uso racional da energia elétrica em comunidades de baixo poder aquisitivo com diversas ações de inclusão social e eficiência energética. Também foi implementador de programas de eficiência energética em hospitais, escolas, ginásios de esporte, universidades.

A Celesc Geração

A Celesc Geração cresce na gestão de Pinho Moreira e prepara-se para ingressar firmemente em projetos de ampliação do parque de geração de energia elétrica do estado, permitindo maior autonomia à empresa".

Portanto, diversos novos empreendimentos que forem instituídos na administração Eduardo Pinho Moreira dão condições, mostrando que ele está preparado para ser o candidato do nosso partido, o PMDB, nas eleições de 2010, e para com certeza ser o futuro governador de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Cesar Souza Júnior por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha nas galerias, servidores da segurança pública, delegados, investigadores, telespectadores da TVAL.

Estamos neste momento, nesta Casa, para tratar de um tema de grande importância para o estado de Santa Catarina, que é o plano de carreira da Polícia Civil.

Tema este que é resultado de muito debate, de intensa movimentação, que vem regular, finalmente, a carreira dos policiais civis, não mais com legislações, espaços, um pedaço em cada diploma legal, mas com toda a carreira sistematizada num único documento. Acho que é um momento que precisamos celebrar. Logicamente que há ajustes a serem feitos, há novas conquistas a serem incorporadas, mas, sem dúvida nenhuma, eu quero aqui destacar, primeiro, a capacidade de mobilização da Polícia Civil, como também o entendimento entre os secretários de Segurança; de Administração, José Nei Ascari; da Fazenda, Antônio Gavazzoni, que têm tido um papel fundamental nesse processo, principalmente num momento em que a crise mundial vem afetando e muito, a arrecadação dos governos.

O governo federal divulgou estimativa, no dia de ontem, asseverando que pela primeira vez, em seis anos, a arrecadação federal cai. O que é um sintoma de que estados e municípios já estão sentindo na própria pele a queda da arrecadação. Também

na sequência virá a este plenário, já se encontra na Casa, o projeto que incorpora o abono e trata de outras questões da Polícia Militar de Santa Catarina, em mais um esforço do governo de privilegiar os profissionais da área de segurança pública.

Então, quero aqui, neste dia, cumprimentar as lideranças do movimento da Polícia Civil pela mobilização, a todos os deputados e ao governo. Não é fácil lidar com pressões salariais justas, legitimas, e que muitas vezes são resultados de décadas de omissão do poder público na regulação de uma carreira, principalmente, neste momento de crise mundial.

Mas nós precisamos, e muito, fortalecer a Polícia Civil catarinense que tem uma função primordial. Nós ligamos a televisão todos os dias e vemos que boa parte do horário nobre, hoje, é dominada pelas matérias policiais, fato que não acontecia há pouco tempo na Grande Florianópolis, em Santa Catarina, ou seja, a pressão sobre as polícias nunca foi tão grande quanto é atualmente. Todos aqueles problemas que a sociedade constrói em suas desigualdades, da falta de atenção em diversas áreas, da migração acelerada, os problemas educacionais, morais, inclusive da desestruturação das famílias, vêm desaguar na atividade policial, e lidar com isso no dia a dia não é nada fácil, requer paciência, requer dedicação e, acima de tudo, vocação.

É por isso que esta Casa, no dia de hoje, fará esse reconhecimento, srs. deputados, nada mais do que uma obrigação, mas, sobretudo, uma conquista histórica para a Polícia Civil e para as polícias catarinenses. Nós temos a convicção de que esse é apenas o primeiro passo para que possamos avançar, e avançar muito.

Eu tenho muito orgulho da polícia de Santa Catarina, uma polícia reconhecida nacionalmente pelo seu grau de presteza, pelo seu grau de eficiência, e se mais não é feito é porque faltam condições para tal.

Em nome da bancada do Democratas, quero dizer que temos que continuar a perseguir esse objetivo, tendo a efetiva noção de que todos aqueles problemas que a sociedade constrói vão desaguar na pressão sobre o trabalho policial. Então, nós precisamos, e muito, avançar na atuação policial com inteligência, mas inteligência requer tecnologia, requer pessoas capazes e bem preparadas, e para isso é preciso que eles recebam uma remuneração condigna com a atividade. Essa é uma luta histórica e que esta Casa certamente vai auxiliar nessa persecução.

Quero dizer aos srs. deputados que esta Casa, além disso, precisa aproveitar este momento de reflexão para ter a convicção de que é responsabilidade de todos nós atacarmos um dos pilares da criminalidade neste momento, que é o consumo e o abuso do uso de drogas. A grande maioria dos crimes é ocasionada pelo abuso e uso de drogas. E não adianta fazer só um trabalho policial, enxugar o gelo da sociedade e não atacar a causa central, que é uma sociedade moralmente doente, que acaba resultando num consumo elevado de drogas e na criminalidade galopante que as polícias, isoladamente, não têm condição e nem atribuição de enfrentar.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Eu gostaria de parabenizá-lo pelo seu pronunciamento em prol da Polícia Civil, que por merecimento recebe o seu pedido feito ao governador, que será, sem dúvida alguma, aprovado pelos srs. deputados.

Mas quero cumprimentá-lo por falar sobre a droga *crack*, assunto que também me pronunciei a respeito há poucos minutos, e por isso gostaria de convocá-lo para uma audiência pública estadual para tratar desse assunto, para que possamos mobilizar as famílias, as comunidades e o povo catarinense.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Cumprimento o deputado Antônio Aguiar por essa iniciativa muito oportuna, porque não podemos apenas tratar a criminalidade como algo que surge e termina no âmbito policial e Judiciário, ela tem causas muito mais profundas que devem ser enfrentadas por...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Décio Góes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sra. presidente, srs. deputados e visitantes que hoje lotam as galerias do Plenário, sejam bem-vindos a esta Casa.

Srs. deputados, temos um conjunto de assuntos importantes a tratar, mas o mais importante hoje é a votação do plano de carreira da Polícia Civil que, sem dúvida alguma, tem o direito de ter, mas, infelizmente, ele acaba sendo atropelado da forma como foi pelo governo, chegando emendas aqui nos últimos instantes que nós acabamos votando. De qualquer maneira, como estamos confiantes agora nessa negociação que está havendo entre a categoria e o governo, nós acreditamos que esteja avançando bastante o diálogo naquilo que se quer, porque na verdade não tivemos tempo necessário para fazer toda a análise do projeto.

Então, se a categoria entende que está ocorrendo esse avanço, vamos estabelecer essa relação de confiança e acreditar que o governo, depois de muito tempo, está dando esse passo no sentido de valorizar a Polícia Civil de Santa Catarina, que precisa, nesse primeiro momento, organizar sua carreira e, num segundo momento, ter mais infraestrutura para o trabalho, ter mais condições de equipamentos para o trabalho, ter mais condições de efetivos, porque o número de efetivos na Polícia Civil hoje está muito aquém, talvez parecido com o que tínhamos há 20 anos, pouca coisa mudou e isso é muito ruim. Mas a população cresceu nesse tempo, os municípios foram ampliados e os tipos de violência cresceram, como também o consumo e o tráfico de drogas, que são consequências da maioria dos crimes e dos delitos cometidos em nosso estado, infelizmente.

Mas queremos fazer uma saudação à Polícia Civil e a todos os representantes que estão aqui e parabenizá-los por sua luta que finaliza com o seu plano de carreira.

Ainda há pouco o deputado Peninha falou bastante sobre a saída do ex-governador Eduardo Pinho Moreira da presidência da Celesc, com uma vasta prestação de contas. Por mais que ele faça uma prestação de contas, essa sua saída, com a questão das ações da Previ advindas do tempo das Letras do ex-governo de Paulo Afonso, com a ideia da privatização da Celesc, acabou ficando muito mal explicada.

Eu entendo, srs. deputados, que o governo deve explicações sobre essa saída do presidente, pela importância que tem a Celesc, umas das empresas mais importantes do estado, uma empresa que pensamos que seja a maior estatal de Santa Catarina. Nós precisamos, então, como também a sociedade catarinense, receber uma explicação mais clara sobre essa questão.

Mas o objetivo da nossa fala de hoje é apresentar um relatório da visita que eu, como presidente da comissão de Turismo e Meio Ambiente, e o deputado Dirceu Dresch, líder da nossa bancada, fizemos, na quinta-feira passada, na cidade de Extrema, em Minas Gerais. Fomos lá para ver a experiência do pagamento dos serviços ambientais.

Eu entendo que o maior avanço que nós conseguimos na nova lei do Código Ambiental foi o pagamento por serviços ambientais. Esse foi o maior avanço, mas ficou na expectativa porque o governo tem 180 dias para regulamentar esse princípio legal instituído no novo Código Ambiental, que vai realmente criar condições para que as pequenas propriedades possam manter as áreas de preservação permanente.

Lá nós vimos a primeira experiência real de pagamento de serviços ambientais. Cada agricultor que preserva a área de APP ao longo dos rios, córregos ou nos topos dos morros recebe um subsídio mensal em torno de R$ 250,00 a R$ 350,00, compensando, assim, a falta de produzir naquela área. Então, aquela área de APP é cercada, para que seja semeada novamente. É refeita a mata ciliar com vegetação natural, no sentido de poder proteger os rios e córregos.

(Procede-se à projeção de *slide*.)

A partir da cerca, embora seja recente o plantio, dá para ver pela foto que a área fora da cerca tem uma textura e mais perto da cerca, próximo ao córrego, a mata ciliar está-se restabelecendo. E aí o agricultor ajuda a cuidar daquela área, ele passa a ser um produtor de água, e para isso recebe um subsídio mensal que compensa o seu serviço de deixar de produzir naquela área.

Fomos com o prefeito de Pinhalzinho, de Saudades e com o secretário da Agricultura visitar uma família de agricultores. Essa senhora que aparece na foto, que está com o seu filho, tem 84 anos. Fomos recebidos na prefeitura pelo prefeito e todo o seu secretariado, os quais nos apresentaram o programa, que nasceu de uma necessidade até muito semelhante a do nosso estado. Aquele lugar é uma ocupação já antiga, de 1760, onde, ao longo desses anos, eles acabaram desmatando as matas ciliares, gerando, em consequência disso, muitas cheias, secas, e com o uso inadequado do solo começou a ocorrer uma erosão muito grave, o que obrigou a cidade a tomar uma providência.

A partir de uma sugestão da Agência Nacional de Águas e do ministério do Meio Ambiente, que são parceiros até hoje, há dez anos ou um pouco menos eles começaram a estudar e fizeram os planos de bacia, fizeram o plano diretor, fizeram vários instrumentos jurídicos, conseguindo, então, nos últimos três anos, implantar a prestação de serviços ambientais.

A bancada do PT, deputado Professor Grando, está-se preparando, nesses 180 dias, se o governo não apresentar esse projeto, para apresentá-lo. E estamos à disposição para sugestões e para fazer vários estudos, a fim de colaborarmos com esse projeto.

Então, foi uma bela viagem, uma rica experiência.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grando - Primeiramente, deputado Décio Góes, quero informar que, segundo o que foi dito pelo sr. governador, e o deputado Romildo Titon é testemunha disso, já há uma comissão trabalhando para enviar o projeto a esta Casa, dentro desses 180 dias, no início de agosto.

Então nós, como bancada do governo, estamos trazendo essa boa notícia a esta Casa. E eu quero elogiar v.exa., que vem de Criciúma, de uma região em que esse projeto realmente se encaixa, nós a conhecemos, pois é necessário que seja feita a recuperação daqueles lugares onde era depositado o carvão. Mas o nobre deputado falou sobre um item fundamental aqui: da Agência Nacional da Água. Nós temos que criar a Agência Estadual da Água para implementar programas como esse e outros que virão.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o deputado Plínio de Castro, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Sra. presidente, srs. deputados, sra. deputada, queremos saudar v.exas. e todas as pessoas que nos assistem pela TVAL, nos ouvem pela Rádio Digital; queremos saudar a representação da Polícia Civil, que mais uma vez se faz presente no plenário da Assembleia Legislativa nesta tarde, o que tem sido constante nos últimos tempos. Mas nós queremos, acima de tudo, parabenizá-los pela mobilização e, sobretudo, pela insistência e determinação, pois estão buscando, legitimamente, o seu plano de carreira, enfim, melhorias de trabalho e de remuneração, melhorias de reconhecimento a essa categoria tão importante para o estado de Santa Catarina e para a segurança de todos nós.

Da mesma forma que já se manifestaram todos os demais deputados nesta tarde, nós queremos, em nome do nosso partido, o Partido Progressista, assegurar a toda a categoria da Polícia Civil que está na iminência de ser votado e aprovado o seu plano de carreira. Esses são os votos da bancada do PP, que sempre esteve, repito, desde o início, solidária com essa categoria tão importante para a segurança de todos os cidadãos do nosso estado.

Mas eu, como não poderia ser diferente nesta tarde, até porque no dia de ontem a sessão foi curta, volto aqui para fazer um pronunciamento a um assunto que levantamos na semana passada relacionado à Companhia Catarinense de Águas e Saneamento. Pela repercussão, pelo que as pessoas nos procuraram e nos falaram, pelo que já ouvi de várias lideranças do estado e, sobretudo, do interior do nosso estado, nas visitas que fizemos aos municípios, pelas suas reivindicações que na área de abastecimento de água, na área de ampliação de sistema, na área de qualidade de água, não podemos deixar de registrar, de maneira alguma, o nosso protesto sobre a retirada, por parte da diretoria da Casan e de membros do conselho de administração, de quase R$ 1 milhão a título de participação nos lucros da empresa no ano de 2008.

Nós entendemos que todo servidor público tem que ser bem remunerado. E as categorias da Segurança Pública do nosso estado reivindicam há muito tempo o seu direito e a sua melhoria salarial. No entanto, alguns são privilegiados no estado.

Todos nós sabemos e reconhecemos aqui a importância da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento. Reconhecemos que os seus diretores têm que ser bem remunerados, porque essa empresa, além do seu porte, do seu tamanho, presta um serviço relevante e fundamental para a saúde pública e para a nossa sociedade. Mas para isso existe a remuneração mensal a cada um que trabalha, a cada funcionário do seu quadro técnico, que é exemplar para Santa Catarina, e nós sabemos que cada um dos seus diretores, dos seus membros da diretoria ganha um salário mensal bom, que não é ruim.

Agora, cada diretor retirar R$ 52 mil, para ser exato, R$ 52.365,15, além do salário mensal, a título de participação nos lucros, e o presidente receber dobrado, R$ 104 mil, achamos que é uma afronta, um deboche contra a sociedade catarinense.

Aumentar a tarifa de água, cobrar R$ 30,00 pela carga de água, de um produtor no oeste de Santa Catarina, no período da estiagem, para poder abastecer a sua propriedade para produzir alimentos, e depois cada diretor receber R$ 52 mil além do salário é um absurdo.

Solicito que coloquem o quadro novamente e que deixem lá, para as pessoas terem conhecimento, eis que receber a título de participação dos lucros é uma imoralidade. E quero a relação completa, por gentileza, se estiver disponível, porque entendemos que é uma imoralidade.

Toda a sociedade catarinense, toda a sociedade brasileira, ficou indignada quando vimos no Congresso Nacional os srs. membros do Congresso distribuir passagens para a namorada, a sogra, o neto, o compadre, o padrinho do neto, e assim por diante, a título de que era legal. Mas não foi um ato totalmente moral.

Isso também consideramos uma imoralidade, deputado Reno Caramori, porque não há comparação. O dinheiro público, o lucro da empresa pública, tem que ser revertido em saneamento no nosso estado.

Santa Catarina é o penúltimo estado da federação em índice de saneamento. Na verdade, em cada município que visitamos há reivindicação de melhoria, de ampliação de sistema e de abastecimento de água.

Por isso, estamos aqui indignados e defendendo que a diretoria da Casan, os membros do conselho diretor, da diretoria executiva, os 14 membros da diretoria executiva, deveriam, num gesto nobre, reconhecer esse ato imoral contra o estado e contra a sociedade catarinense e fazer a devolução aos cofres públicos da Casan, para que possa investir em saneamento e abastecimento de água.

Quase um milhão de reais, num programa bem simples. Poderia pegar 100 comunidades agrícolas do interior do nosso município, e que são várias na nossa região que têm problema de abastecimento de água, e desenvolver um projeto de poços artesianos.

Poderia, por exemplo, atender, no mínimo, a 100 poços artesianos; seriam 100 comunidades e seriam mais de mil, mil e quinhentas famílias que veriam resolvidos os seus problemas.

Fica aqui o nosso apelo para que a diretoria da Casan reveja...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos partidos políticos, os próximos minutos são destinados ao PRB.

Com a palavra a sra. deputada Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Gelson Merísio, demais integrantes da mesa, sras. deputadas, srs. deputados, amigos que nos acompanham, imprensa falada, escrita, televisada, público maravilhoso, integrantes da Polícia Civil, funcionários do estado que nos honram com as suas presenças.

O tema que trago hoje, sr. presidente, é a vinda do presidente da Assembleia Legislativa de Porto Alegre, deputado Ivar Pavan, aqui, amanhã pela manhã, às 9h.

Quero dizer a v.exas. que passei uma lista para colher a assinatura dos senhores líderes com assento nesta Casa, eles assinaram, levei à Presidência da Casa, ao presidente, que estará recepcionando o deputado Ivar Pavan.

Quero também dizer a v.exas., deputado presidente Gelson Merísio, que é uma proposta suprapartidária, que não tem nada a ver com sigla partidária. O deputado Ivar Pavan esteve num congresso onde eu representei o estado de Santa Catarina, em Belém do Pará, no final do mês de maio, fazendo uma palestra sobre a camada pré-sal e sobre a lei que tramita no Congresso Nacional para ser alterada, a lei do petróleo.

Então, eu gostaria de contar com v.exas. amanhã apenas para ampliarmos os nossos conhecimentos sobre a camada pré-sal, essa rica camada. O convite está lançado e conto com a presença de v.exas.!

Estou fazendo frente à Presidência da comissão de Legislação Participativa e quero dizer a v.exas. que é muito importante o nosso papel neste Parlamento elaborando leis, participando das audiências públicas, ouvindo a população, ajudando nos interesses, nos anseios dos catarinenses.

Quero dizer ainda que ontem o secretário Paulo Bauer esteve aqui e fez uma ampla exposição sobre a melhoria para a Educação, sobre a implantação do piso nacional para os professores. Naquele momento, fiz um comentário ao secretário Paulo Bauer sobre a lei de minha autoria, *Cursinho Pré-Vestibular Gratuito para Rede Pública.* Essa lei foi aprovada em 2002, mas tivemos que ir à luta, e o único secretário que deu ouvidos a essa deputada e implementou a lei foi o secretário Paulo Bauer.

Para que v.exas. tenham conhecimento, já tivemos uma aula inaugural, a qual tive a honra de ministrar, no Instituto Estadual de Educação, e já obtivemos frutos benéficos dos alunos, com índice de aprovação no vestibular.

Então, já temos aqui em Florianópolis. Inclusive, fui convidada para as aulas inaugurais nos municípios de Tubarão, Balneário Camboriú, Curitibanos e Joinville.

No jornal *Notícias do Dia*, que traz informações precisas e rápidas, fala na página 18 que os cursinhos serão gratuitos em mais 12 municípios, srs. deputados e sr. presidente, deputado Jorginho Mello. Agora, serão implantados nos municípios de Araranguá, Blumenau, Brusque, Canoinhas, Chapecó, Criciúma, Itajaí, Lages, Mafra, Rio do Sul e São Bento do Sul. E as famílias é que ganham, porque sonham em ver seus filhos cursando uma universidade.

Devido ao poder aquisitivo baixo, não há condições para essas famílias, deputado Dirceu Dresch, mas com a implantação dessa lei, que v.exas. também aprovaram, esses alunos poderão realizar os seus sonhos.

Então, já pedi para a minha assessoria ver as datas, porque quero me fazer presente nesses 12 municípios, deputado líder do governo, Elizeu Mattos.

Tenho que comer esse fruto, srs. deputados, pois foi uma luta desta deputada. Até

fiquei cobrando de cada secretário que assumia a secretaria. Sempre cobrando, sempre cobrando, porque água mole em pedra dura tanto bate até que fura. E nós conseguimos essa conquista graças a esse secretário que deu ouvidos aos anseios desta deputada.

Assim, já temos o cursinho, é uma realidade. Já está nos jornais, no jornal *Notícias do Dia,* para quem quiser estar bem inteirado sobre o tema.

E vamo-nos fazer presentes, porque quem ganha são as famílias. O sonho de uma mãe, de um pai, é ver o seu filho cursando uma faculdade. É uma realização ver esses alunos prestar o vestibular e também competir com outros alunos de condições financeiras razoáveis e boas.

Portanto, eu não poderia deixar de me manifestar e de agradecer à redação do jornal *Notícias do Dia.*

Também quero dizer a v.exas. que hoje podemos ver a mobilização da Polícia Civil nesta Casa, por um sonho realizado de ter melhorias nos seus salários, conquista que vem de longa data. Delegados e delegadas, pessoas que suaram tanto, que estão colocando as suas vidas em risco, é muito justo que venham a ser contemplados.

Já aprovamos hoje na reunião conjunta das comissões. O deputado Romildo Titon, presidente da comissão de Constituição e Justiça, o deputado Marcos Vieira, da comissão de Finanças e Tributação, da qual sou integrante, o deputado Darci de Matos, da comissão de Segurança Pública e as demais comissões já aprovaram. E quero dizer que o meu voto será favorável com os aplausos. Inclusive, parabenizo o governo do estado por essa brilhante iniciativa e vamos em frente.

Um abraço a todos.

Muito obrigada!

(Manifestação das galerias.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Passaremos à Ordem do Dia.

Srs. deputados, a Presidência incluiu o PL n. 0025/2009, que institui o plano de carreira do grupo da Segurança Pública. E em homenagem até a todos os policiais que aqui estão, vamos fazer a votação do referido projeto com prioridade dentro da Ordem do Dia.

Eu gostaria da presença de todos os srs. deputados para que possamos cumprir a Ordem do Dia, pois temos diversas matérias além desta.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, com a sua tolerância e paciência, eu gostaria de anunciar a todos srs. deputados e àqueles que nos acompanham pela TVAL que acabou de entrar novamente uma emenda constitucional, a PEC n. 181, do deputado Paulo Pimenta, do PT do Rio Grande do Sul, com 191 assinaturas, para voltar a exigir o diploma de jornalista para exercer a profissão.

Uma profissão que eu julgo nobre. E o Supremo cometeu um grande equívoco.

Estou muito feliz com tal notícia.

Muito obrigado!

(Manifestação das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Em discussão e votação o Projeto de Lei Complementar 0025.5/2009, de origem governamental, que institui Plano de Carreira do Grupo da Segurança Pública - Polícia Civil - e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" derrubam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	sim
DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN	sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim
DEPUTADO JOSÉ PAULO SERAFIM	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO	sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Mais uma vez reitero o nosso aplauso aos policiais civis aqui presentes, à Arpoc, representada pelo Arildo, aos sindicatos, a todos os policiais civis da base do serviço público de segurança, no caso da instituição Polícia Civil, assim como aos delegados. Também gostaria de dizer da nossa satisfação por poder ver aprovado este projeto, que traz uma justiça para esse importante segmento da segurança pública no estado de Santa Catarina. E o nosso voto, assim como de todos os colegas, é sim.

O Sr. Deputado Professor Grando - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Quero também, nós, do PPS, parabenizar e com uma posição bem definida e clara dizer que somos a favor deste projeto, que muito tem que avançar, mas é o passo da conquista, é pedagógico, fortalece a categoria para travar novos embates no futuro, reivindicações, para o bem da segurança pública.

E pediríamos que votassem no dia de hoje a redação final dentro do processo de suspender a sessão. Esse é o nosso pedido.

(Manifestações das galerias)

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, a unanimidade dos votos estampados no placar eletrônico reconhece a importância que tem a Polícia Civil em Santa Catarina, que é uma das melhores, senão a melhor do Brasil, deputado Jorginho Mello.

(Manifestações das galerias)

Se é verdade, sr. presidente, que não alcançamos o ideal, que é a base do governo, que todos os deputados, que todos os integrantes da Polícia Civil que aqui estão merecem, mas também é verdade que vamos perseguir, todos nós juntos, para que alcancemos uma remuneração e um reconhecimento digno a esses profissionais, que permitem ao cidadão exercer o princípio constitucional de ir e vir com segurança em todo o estado de Santa Catarina.

Parabéns à Polícia Civil!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Votaram 33 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 33 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está aprovado em primeiro turno.

(Manifestações das galerias)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados e todos os trabalhadores que estão aqui nos visitando hoje, finalmente chegou o projeto, e a nossa bancada com certeza apoia toda a luta do funcionalismo público estadual. E queremos aqui ressaltar a importância dos nossos trabalhadores de segurança pública e nesse caso hoje falando da Polícia Civil.

Parabéns pela luta de vocês, que estiveram conversando com os deputados, pressionando esta Casa e também o Executivo, para trazer o projeto para cá.

Então, tínhamos o papel de pressionar e esperar o projeto chegar. Ele chegou e por isso votaremos favorável.

Esperamos que outros projetos do funcionalismo público estadual que ainda estão faltando aportem aqui para serem votados e assim nós melhorarmos a condição de vida desses trabalhadores tão importantes para Santa Catarina.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - A Presidência registra a presença do delegado Maurício José Eskudlark, que foi nosso companheiro ex-deputado. Ele teve a oportunidade de estar neste Parlamento num outro mandato e também contribuiu muito para a construção desta lei.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, já votei em muitos projetos importantes aqui nesta Casa, mas de forma nenhuma um projeto que viesse a corrigir alguns pecados que temos para cumprir com aqueles que trabalham além do limite para dar segurança à nossa gente.

Por isso os mesmos dedos que apertaram a tecla para dizer "sim" vão continuar aqui na Assembleia tentando corrigir para eles se sentirem orgulhosos em Santa Catarina.

Parabéns à Polícia Civil do nosso estado.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Srs. deputados, não quero ser indelicado com v.exas., mas gostaria de pedir que os encaminhamentos sejam breves.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, parabenizo todos os deputados que votaram por unanimidade este projeto.

Faço um destaque especial ao líder do governo, deputado Elizeu Mattos, que soube, juntamente com os demais deputados, negociar com a categoria, e também pelo fato de ter aceitado a nossa emenda que dá garantias constitucionais à classe, e que foi aceita no projeto.

Encerramos dizendo, sr. presidente, que votamos com prazer e com muita honra esse plano de carreira, porque acreditamos na nossa Polícia Civil de Santa Catarina. E muitas vezes os policiais colocam as suas vidas como escudo humano para defender a sociedade catarinense.

Parabéns!

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, com todo respeito e com a permissão de todos os funcionários da Segurança Pública, quero dedicar essa lei a duas pessoas que conheço, e uma está aqui: o sr. Nivaldo, da nossa querida São José. A outra é a dra. Edemar, popular dra. Ede, que na década de 80 andava com aquelas caminhonetes da Chevrolet com revólver na cinta e ia buscar o bandido pela orelha no famoso Pedregal.

Eu sei que os demais têm mérito, mas àqueles que eu conheço eu dedico essa lei, pois numa época difícil faziam a segurança para todas as pessoas na região da Grande Florianópolis, especialmente em São José.

Parabéns!

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, também queremos, em nome da nossa bancada, manifestar a nossa alegria. Não somos governo, mas fizemos a nossa parte pressionando, cobrando. E hoje demos todas as condições ao governo nas comissões para trazer essa matéria a plenário, porque está aqui mais uma amostra do funcionário púbico sofrido deste estado.

Este povo esperou muito e é preciso lembrar que estamos, hoje, iniciando apenas uma pequena etapa da devolução da dignidade desses servidores. Isso não pode parar por aqui, não! A Polícia Civil de Santa Catarina perdeu muito ao longo dos anos, e precisamos fazer com que essa data de hoje marque o início da recuperação da dignidade desses grandes profissionais que resistiram esse tempo todo.

Parabéns!

(Palmas das galerias)

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, chamo a atenção de v.exa. e de todos os srs. deputados e sras. deputadas para aquela mensagem: "Muitas vezes não somos vistos, mas estamos trabalhando dia e noite para a sua segurança. Polícia Civil de Santa Catarina." Uma mensagem brilhante.

Sr. presidente, quero dizer que isso tudo aconteceu porque houve o cumprimento da palavra empenhada. O governador afirmou que enviaria o projeto e houve o cumprimento do prometido.

Assim, quero parabenizar o governador, o líder do governo, deputado Elizeu Mattos, assim como os demais srs. deputados porque a aprovação foi unânime.

Parabéns, policiais civis, nós precisamos muito de vocês! Um grande abraço!

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado José Serafim - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Serafim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ SERAFIM - Sr. presidente, eu gostaria, primeiramente, de cumprimentar todos os policiais civis e dizer que não tenho dúvidas de que aquilo que o deputado Joares Ponticelli falou é uma realidade, pois foi concedida uma pequena parte, falta muito ainda para que se recupere toda a estrutura da Segurança Pública.

Quero dizer também que este momento em que vocês estiveram aqui foi importante para demonstrar o quanto está deficiente a Polícia Civil, e essa conquista foi resultado de muita persistência da categoria, muita mobilização. O projeto deu entrada na Casa há pouco tempo e hoje já foi votado, ou seja, bateu o recorde quanto à tramitação. E tudo isso graças à mobilização, à ousadia e à persistência da categoria.

Parabéns a todos!

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Lício Mauro da Silveira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Lício Mauro da Silveira.

O Sr. Deputado Lício Mauro da Silveira - Eu gostaria, sr. presidente, de dizer da importância desse projeto para a Polícia Civil, mas por motivos alheios à minha vontade não tive oportunidade de estar em plenário na hora da votação.

Então, sr. presidente, gostaria que v.exa. e todos os companheiros considerassem o meu voto favorável ao projeto. Eu ficaria muito grato a todos vocês se fosse considerado o meu voto a favor dessa categoria e peço gentilmente, sr. presidente, que v.exa. consigne em ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Esta Presidência acolhe a manifestação de v.exa. acerca do seu voto favorável à matéria, deputado Lício Mauro da Silveira.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima, segundo-vice-presidente da Casa.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Presidente, assim como fez o deputado Lício Mauro da Silveira, gostaria de pedir a v.exa. que o meu voto favorável fosse considerado na votação desse projeto. Eu estava na cidade de Guaramirim prestigiando a posse do nosso prefeito e quando adentrei a este plenário a votação já havia sido encerrada. De qualquer forma, terei oportunidade de me expressar na votação em segundo turno.

Sr. parlamentares, eu tenho acompanhado a luta dos policiais civis, inclusive a minha cunhada Carla, em Rio do Sul, e o meu cunhado Mário Miguel são policiais de carreira com mais de 20 anos de serviço. Por isso sei que o parto, após uma longa gestação, está sendo feito com bons encaminhamentos.

Parabéns à Polícia Civil por essa conquista, e a bancada do Partido dos Trabalhadores já se manifestou aprovando de forma unânime esse projeto.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, seguramente o resultado dessa votação é uma vitória da sociedade catarinense, que quer os melhores homens e mulheres para dar segurança a todos.

Quero homenagear primeiramente quem está na Polícia Civil, que fez e está fazendo por merecer isso. Destacamos também o empenho do governador Luiz Henrique e do vice Leonel Pavan, que não descansaram a cabeça enquanto não encontraram, juntamente com a base de sustentação do governo, uma forma de atender as reivindicações, sempre respeitando a pressão da Oposição.

Por isso, muito obrigado ao governo de Santa Catarina e parabéns à Polícia Civil!

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente e srs. deputados, nós já tivemos a oportunidade de nos manifestar a respeito desse projeto na reunião conjunta das comissões de Finanças e Orçamento, de Constituição e Justiça e de Serviço Público hoje de manhã. À oportunidade, srs. parlamentares, eu dizia que água mole em pedra dura tanto bate até que fura. É a realidade!

Eu tenho certeza de que todos os srs. deputados, não plagiando o deputado Herneus de Nadal, reconhecem o quanto é importante, o quanto a nossa Polícia Civil representa na Segurança Pública do nosso estado.

Por isso, nada mais é do que obrigação do atual governo proporcionar, mais uma vez, essa pequena vantagem. Nós gostaríamos que realmente as perdas salariais...

(Manifestação interrompida por término do tempo regimental.)

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, gostaria de me manifestar deixando um abraço a todos os servidores da Polícia Civil de Santa Catarina, na certeza de que o nosso governo Luiz Henrique/Leonel Pavan tem feito um esforço hercúleo para levar segurança aos cidadãos catarinenses, que é o nosso dever como estado, mas é através de vocês que isso se realiza.

Muito obrigado, parabéns pelo trabalho de vocês e contem sempre com esta Casa Legislativa.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar, líder do PMDB.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de parabenizar toda a Polícia Civil e parabenizar duas pessoas que realizaram um trabalho fantástico na aprovação desse projeto. Primeiro o meu conterrâneo Maurício Eskudlark, de Canoinhas, e quero saudar também o líder do governo, deputado Elizeu de Mattos, pelo seu incansável trabalho, pela sua dedicação.

Parabéns a todos vocês que nos dão a segurança do estado de Santa Catarina.

(Palmas das galerias)

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, eu não pretendia me pronunciar, em virtude de tantos pronunciamentos que já tivemos nesta Casa hoje. Mas eu não poderia deixar, como integrante de movimento sindical, de combater uma fala que ouvi repetidas vezes aqui como se alguém tivesse graciosamente concedido um favor à categoria. É preciso lembrar que essa categoria construiu uma luta histórica, dolorosa e de enfrentamento, inclusive, com seus irmãos.

(Manifestações das galerias)

Portanto, sr. presidente, o que vemos na tarde de hoje, sras. policiais e srs. policiais, não é um presente, é fruto da luta legítima dos policiais civis do nosso estado, e é um fruto que ainda precisa germinar mais, precisa crescer mais, porque quem disse que reconhece vocês deve muito à sua classe.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Valmir Comin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, gostaria de parabenizar esta classe tão importante que rege a segurança de Santa Catarina, e dizer que isso não é fazer justiça; isso é o início do resgate de toda injustiça que foi feita com essa classe. Esse é o início do estágio, que começa com o resgate da autoestima e do valor que vocês representam na segurança do povo catarinense. Graças à participação, à dedicação, à perseverança e à união de vocês é que conseguiram esse pequeno avanço para a classe.

Por isso, eu parabenizo e congratulo-me com todos os deputados por essa conquista.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Elizeu Mattos, líder do governo.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, na verdade isso foi construído na boa conversa, no bom diálogo com os servidores, com educação, dentro daquilo que esperamos do servidor, e não podia ser diferente com os servidores da nossa Polícia Civil.

Construímos um relatório no conjunto, com todos, que foi aprovado por unanimidade nas quatro comissões e pelo Plenário, porque foi construído com servidores educados, que queriam construir um projeto sério e claro. Sempre acreditei, e acredito, na Polícia Civil, que tanto nos orgulha em Santa Catarina, e tenho grandes amigos lá, mas não foi pelos amigos, e sim pela boa educação e pela bela polícia que nós temos no estado que apresentamos esse relatório que foi aprovado por unanimidade nesta Casa, hoje.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Srs. deputados, eu me lembro daquela tarde memorável no Tribunal de Justiça, dia 8 de março de 2006 - e inclusive faltou energia aqui nesta Casa -, quando nós, o delegado Maurício Eskudlark, que está aqui, o deputado João Henrique Blasi, que é desembargador, e este modesto deputado, alteramos a lei para que o policial civil de Santa Catarina pudesse se aposentar cinco anos antes. Depois foi sancionada a lei lá em Lages, e a dra. Sonêa sabe porque na época ela já era presidente da Associação dos Delegados.

Portanto, essa é mais uma conquista que a categoria recebe por merecimento. O Parlamento fez a sua parte, tanto é pelas manifestações dos srs. deputados.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Deputado, eu gostaria de continuar a Ordem do Dia, mas concedo 30 segundos a v.exa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Eu queria, com muita alegria, fazer o registro nesta Casa da presença do vereador da cidade do Rio do Sul, Marcelo Schmidt, companheiro do PSDB que veio tratar de assuntos da sua cidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Gostaria de registrar também a manifestação do deputado Dagomar Carneiro, companheiro da Mesa Diretora, que deu seu voto favorável à matéria que foi deliberada.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário as seguintes matérias, e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme o Regimento Interno:

Projetos de Lei n.s: 0012/2008, 0019/2009, 0085/2007, 0210/2007, Requerimento RQC n. 0002/2009.

Comunica, outrossim, que a comissão de Segurança Pública apresentou parecer favorável à seguinte matéria: Ofício n. 0054/2009.

Ainda comunica que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou favorável às seguintes matérias:

Ofícios n.s: 0374/2008 e 0402/2008.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1006/2009, que dispõe sobre o veto total ao PLC n. 0018/09, de procedência da comissão de Constituição e Justiça, que dá nova redação ao art. 1º da Lei n. 7.702, de 1989 (pensão mensal/portadores de necessidade especiais).

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, este veto é relativo ao projeto de lei de autoria do deputado Kennedy Nunes que eu tive a oportunidade e satisfação de relatar na comissão de Constituição de Justiça, e ter o nosso relatório aprovado lá por unanimidade, assim como foi aprovado também por unanimidade no plenário. Não sei se houve um dia de generosidade geral, mas conseguimos aprovar lá esse projeto que, na forma do dispositivo global que apresentamos, garante aos portadores de necessidades especiais o recebimento de uma gratificação, uma indenização no valor de um salário mínimo.

O projeto do deputado Kennedy Nunes previa o que vale hoje, pela lei estadual, meio salário mínimo. Nós estendemos para todos os portadores de necessidades especiais, e no valor de um salário mínimo, como define a Constituição Federal, ou seja, que nenhum benefício poderá ser inferior ao salário mínimo, assim também como define também a Constituição Estadual. Assim a nossa emenda substitutiva global foi no sentido de adequar à legislação ao que determinam as Constituições Federal e Estadual, de forma que entrando nessa mesma generosidade que fez com que na CCJ fosse aprovada por unanimidade, bem como neste plenário, seria importante a derrubada desse veto.

Mas com a ausência do deputado Kennedy Nunes na sessão de hoje, quero consultar v.exa. da possibilidade de retirarmos de pauta a Mensagem de Veto n. 01006/2009, para votarmos numa oportunidade em que o autor do projeto esteja presente na sessão plenária.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Muito bem! Mas, sr. deputado Sargento Amauri Soares, o deputado Kennedy Nunes, autor da matéria é quem pode fazer a solicitação.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, trata-se é um veto governamental, e também cabe a liderança fazer o pedido de retirada de pauta. Então, como líder do governo, eu solicito a retirada já que houve um acerto de lideranças para votar na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - A Mensagem de Veto n. 01006/2009 está retirada de pauta.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 01007/2009, que dispõe sobre veto total ao PLC 0359/2008, de autoria do deputado Jailson Lima e outro(s), que torna obrigatória a administração das vacinas do calendário básico nacional e outras determinadas pela secretaria de Estado da Saúde e disciplinadas por normas técnicas, para ingresso em instituições públicas e de ensino do estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino, para encaminhamento de votação.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, apenas gostaria de pedir a v.exa. para orientar os novatos da Casa se o encaminhamento de votação "sim" ou "não" refere-se ao projeto ou ao veto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Ao veto sra. deputada Angela Albino.

Votando "não", o deputado rejeita o veto, votando "sim", o deputado aprova o veto.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Muito obrigada, sr. presidente.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, esta Casa possui pelo menos quatro parlamentares da área de saúde. Eu sou médico, bem como os deputados Serafim Venzon, Dagomar Carneiro e Antônio Aguiar. Pautamo-nos sempre pela prevenção.

O projeto que eu apresentei nesta Casa é uma coisa comum, porque no que se refere às empresas, hoje, para o funcionário que vai adentrar num recinto de riscos é recomendado à aplicação das vacinas que fazem parte na prevenção de doenças, por exemplo, da antitetânica quando vão trabalhar em hospitais, da vacina contra hepatite B e de tantas outras.

O projeto que apresentamos é no sentido de que todo funcionário que for admitido pelo estado obrigatoriamente apresente o seu cartão com as vacinas que fazem parte do calendário nacional de vacinas. Eu não consigo compreender como pode haver veto para um projeto que será econômico para o estado, pois trata da prevenção de doenças.

Por isso, estou pedindo aos nobres deputados, companheiros que aqui que votem pela derrubada do veto, pois é uma irracionalidade não querermos fazer para os funcionários do estado o que as demais empresas fazem para proteger seus funcionários, deputado Lício Silveira.

Por isso, estou pedindo aos líderes, aos nobres deputados, em nome da racionalidade e da ciência médica, que se vote contra o veto do governador, no sentido de garantir mais saúde aos funcionários que serão admitidos pelo estado.

Eu entendo que o próprio estado de Santa Catarina já deveria ter um programa de prevenção de vacinação para todos os seus funcionários. Mas infelizmente ainda não o tem. E nós entendemos que através deste projeto de lei podemos começar a caminhar no sentido de proporcionar aos funcionários do estado, funcionários do povo catarinense, o índice de prevenção que se faz necessário nos dias de hoje.

O Sr. Deputado Lício Silveira - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Lício Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Bom, deputado Jailson Lima, pelo que entendi, o seu projeto traz economia para o estado. Pela forma que v.exa. colocou, também concordo, haja vista que, para essas pessoas que queiram ingressar no serviço público, muitos desses exames deixariam de ser feitos se estivessem dentro da validade.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - A pessoa apresenta a carteirinha de vacinação.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Apresentar a carteirinha de vacinação é extremamente importante. Então esse projeto é econômico e vem de encontro ao interesse da sociedade catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Já há uma lei federal que fala sobre a necessidade das vacinas. Isso já foi discutido.

O nosso encaminhamento é pela manutenção do veto, sr. presidente.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Serafim Venzon.

O Sr. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, no meu entendimento quando o funcionário público é admitido ele precisa estar com o programa de vacinação atualizada, mas não as vacinas antigas. Se alguém não se vacinou quando criança, não significa que está excluído da possibilidade de ser funcionário público. Só as vacinas atualizadas.

Eu imagino que existe nessa lei - e por isso o governador vetou o projeto - alguma dissonância com a lei federal. Mas a intenção do deputado Jailson Lima é boa.

No meu entender nós deveríamos votar "não".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Srs. deputados, o painel eletrônico está aberto para receber o voto de v.exas.

Quero aproveitar para avisar aos integrantes da Polícia Civil que aqui se encontram que vamos fazer a votação em segundo turno e da redação final ainda hoje, em outras sessões extraordinárias. Vocês podem ficar bem tranqüilos. Se alguém precisar viajar, pode ir tranqüilo que a Assembleia Legislativa vai dar conta do recado e vai votar a matéria em segundo turno e a sua redação final.

Só gostaria de passar essa informação para todos os senhores. Mas a presença e a companhia de vocês aqui é muito agradável.

(Procede-se a votação secreta por processo eletrônico.)

Quem votar "sim" mantém o veto e quem votar "não" rejeita-o.

Está encerrada a votação.

Temos 15 votos "sim" e 13 votos "não".

Está mantido o veto.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente.

Quero anunciar com enorme satisfação a mensagem que recebi pelo celular agora do sargento Souza que havia sido excluído, expulso da Polícia Militar por ter participado das reivindicações no mês de dezembro, ou por terem alegado que ele participou. Ele foi chamado para retornar as fileiras da Polícia Militar com base em liminar concedida pelo Tribunal de Justiça do estado de Santa Catarina.

Quero colocar a imensa alegria que sinto por poder afirmar isso a todos os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros que estão nos ouvindo, a todos os colegas da Polícia Civil que estão aqui presentes.

Muito obrigado, sr. presidente.

(Palmas das galerias.)

Discussão e votação em primeiro turno da Proposta de Emenda Constitucional n. 0001/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça e outros deputados, que modifica o inciso IV do art. 173 da Constituição do Estado de Santa Catarina (apoio administrativo, técnico e financeiro às entidades culturais).

Ao projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Srs. deputados, a votação é nominal e precisa de 24 votos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os deputados que votarem "sim" aprovam a emenda constitucional.

O Sr. deputado Rogério Mendonça - Peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente, quero só esclarecer que o art. 173 da Constituição Federal diz respeito às diversas entidades culturais, municipais e privadas que recebem apoio do governo do estado, e também à Academia Catarinense de Letras. A emenda é para acrescentar a palavra "artes", ou seja, Academia Catarinense de Letras e Artes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Em votação.

DEPUTADA ADA DE LUCA	sim
DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	
DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN	sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGINHO MELLO	
DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim
DEPUTADO JOSÉ PAULO SERAFIM	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	

DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim
DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO sim
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS sim
DEPUTADO RENATO HINNIG sim
DEPUTADO RENO CARAMORI
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA sim
DEPUTADO ROMILDO TITON sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON sim
DEPUTADO VALMIR COMIN sim

Srs. deputados, está encerrada a votação.

Colhemos o resultado.

Temo 30 votos "sim", nenhum voto "não".

São 31 votos "sim", pois o deputado Gelson Merísio registra o seu voto favorável.

Aprovada em primeiro turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0128/2009, de autoria do deputado Darci de Matos, que altera os arts. 1º e 2º da Lei nº 8.295, de 1991, que assegura direito preferencial de atendimento ao idoso ou deficiente.

Ao projeto foi apresentado um substitutivo global.

Conta com parecer da Comissão de Constituição e Justiça, de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0044/2009, de origem do Executivo, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Bom Jardim da Serra (instalação de lanchonete e *lan house* no Mirante da serra do Rio do Rastro).

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0045/2008, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que declara integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do estado de Santa Catarina a Orquestra Sinfônica de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Educação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para hoje às 16:56h.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 026ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 08 DE JULHO DE 20090 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 16h56, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Angela Albino - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dionei Walter da Silva - Dirceu Dresch -Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - José Paulo Serafim - Julio Garcia - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Nilson Gonçalves - Plínio de Castro - Professor Grando - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

A ata da sessão anterior será lida na próxima sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição n. 0001/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça e outros deputados, que modifica o inciso IV do art. 173 da Constituição do estado de Santa Catarina (apoio administrativo, técnico e financeiro às entidades culturais).

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a proposta e os que votaram "não" rejeitam-na.

A votação será nominal.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA sim
DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS sim
DEPUTADO DÉCIO GÓES sim
DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO
DEPUTADO ELIZEU MATTOS sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO
DEPUTADO GENÉSIO GOULART
DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL
DEPUTADO JAILSON LIMA sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI
DEPUTADO JORGINHO MELLO
DEPUTADO JOSÉ NATAL sim
DEPUTADO JOSÉ PAULO SERAFIM sim
DEPUTADO JULIO GARCIA
DEPUTADO KENNEDY NUNES
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA sim
DEPUTADO MANOEL MOTA sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO
DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim
DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO sim
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS sim
DEPUTADO RENATO HINNIG sim
DEPUTADO RENO CARAMORI
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA sim
DEPUTADO ROMILDO TITON sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON sim
DEPUTADO VALMIR COMIN sim

Encerrada a votação.

Colho o resultado.

Temos 29 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está aprovada em segundo turno.

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei Complementar n. 0025/2009, que institui o Plano de Carreira do Grupo de Segurança Pública da Polícia Civil e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

A votação será feita por processo eletrônico.

Os senhores deputados que votarem "sim" aprovam a matéria, sem prejuízo de nenhuma emenda e os que votarem "não" a rejeitam.

Está aberto o painel para votação.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, acabou de me ligar o deputado Edison Andrino, que está em missão oficial desta Casa, no Uruguai, representando a Assembléia Legislativa na União Parlamentar do Mercosul. Ele pediu que se fizesse esse registro e que transmitisse a todos os policiais que apóia o plano de carreira e que se estivesse aqui estaria votando. Mas nós, a

bancada do PMDB, estará votando também por ele no Projeto de Lei Complementar n. 0025/2009.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Está em votação.

(Procede-se à votação por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	sim
DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	
DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN	sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim
DEPUTADO JOSÉ PAULO SERAFIM	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO	sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Temos 32 votos “sim”, nenhum voto “não”.

Está aprovado em segundo turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0045./2008, de autoria de deputado Rogério Mendonça, que declara integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do estado de Santa Catarina a Orquestra Sinfônica de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria constante da pauta da Ordem do Dia.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, encerra a presente sessão, convocando outra, extraordinária, para às 17h, para votação da redação final dessas matérias.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 027ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 08 DE JULHO DE 2009
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 17h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: De Luca - Adherbal Deba Cabral - Angela Albino - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dionei Walter da Silva - Dirceu Dresch - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - José Paulo Serafim - Julio Garcia - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Nilson Gonçalves - Plínio de Castro - Professor Grando - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Explicação Pessoal

DEPUTADO GIANCARLO TOMELLIN - Discorre sobre a sessão especial, em homenagem aos 25 anos da ADVB de Santa Catarina.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Comemora as ações do governo na região sul do estado; lamenta a cobrança indevida de pedágio em Palhoça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quorum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

As atas das sessões anteriores serão lidas na próxima sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação das redações finais das seguintes matérias: Projeto de Emenda Constitucional n. 0001/2009; Projeto de Lei Complementar n. 0025/2009; Projeto de Lei n. 0044/2009; Projeto de Lei n. 0128/2009 e Projeto de Lei n. 0045/2008.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Srs. deputados, passaremos agora às indicações.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações com os seguintes n.s.: 453/2009, de autoria do sr. deputado Nilson Gonçalves; 454/2009, de autoria deputado Joares Ponticelli, 455/2009, de autoria do deputado Moacir Sopelsa; 456 e 457/2009, de autoria do deputado Plínio de Castro, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica ainda que defere os Requerimentos n.s.: 0889/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça; 0890/2009, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0891/2009, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0892 e 0893/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 0894/2009, de autoria do deputado Elizeu Mattos; 0895, 0896, 0897/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0898/2009, 0899/2009, 0900/2009, 0901/2009, 0902/2009, 0903/2009, 0904/2009 e 0905/2009, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus; 0906/2009, de autoria do deputado Edison Andrino e 0907/2009, de autoria da deputada Angela Albino.

Srs. deputados, gostaria de lembrá-los, mais uma vez, que às 18h, compromisso já assumido por todos nós, teremos a inauguração, a entrega das novas instalações da Assembleia Legislativa e a presença de v.exas. é importantíssima.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Apenas para subscrever, com a aquiescência do deputado Nilson Gonçalves, o requerimento n. 0897/2006, que parabeniza a ADVB pelos 25 anos.

Ontem tivemos aqui uma sessão especial com a presença de diversas autoridades, deputados e também empresários, empreendedores, vendedores e profissionais da área de vendas de *marketing.*

Gostaria de agradecer profundamente esta Casa e, em especial, a todos os que aqui vieram, os homenageados, os agraciados com o prêmio de Personalidades de Vendas da ADVB/SC.

Estiveram presentes os ex-presidentes, o presidente da Federação Nacional da ADVB e o presidente da ADVB de São Paulo. Foi uma noite memorável a de ontem aqui no nosso Parlamento.

Faço o registro e agradeço.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Moção de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviada ao embaixador e cônsul de Honduras no Brasil, manifestando repúdio ao modo como foi deposto o presidente de Honduras.

Em discussão.

(Pausa)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Com o consentimento do deputado Jailson Lima, quero subscrever essa moção, pois também repudio a forma como tem sido tratada as sucessões presidenciais em Honduras.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a aquiescência do deputado Jailson Lima, v.exa. também passa a ser autor.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, a ser enviada ao ministro do Trabalho e ao presidente do BNDES, solicitando providências acerca das informações das possíveis demissões de funcionários por conta da incorporação da Brasil Telecom pela empresa de telecomunicações Oi.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, a ser enviada ao Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis e região, manifestando aplausos pela ação empreendida, impedindo a deflagração do processo de privatização da Celesc.

Em discussão.

O Sr. Deputado sargento Amauri Soares - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, há algumas semanas tenho recebido comunicações do sistema Intercel, que são os sindicatos dos eletricitários de Santa Catarina e o sindicato deles aqui na Grande Florianópolis, é o Sinergia. Tenho mantido contato em razão dessa questão, dos rumores sobre a possibilidade de privatização da Celesc.

É um processo que vem se estendendo ao longo dos anos, através do endividamento da empresa, desde o empenho de suas ações como garantia de letras em governos anteriores e outras dívidas também de governos anteriores do estado, empenhando a Celesc. Levaram-na a uma situação em que só o estado detém a maioria das ações e uma maioria muito parelha, porque só tem 50,18% das ações.

Srs. deputados, isso porque a maior parte das ações é preferencial e sem direito a voto. E nesse processo, a partir da intervenção de acionistas privados, a partir da intervenção da Previ, que é o sistema de previdência do Banco do Brasil, ganhou na Justiça o direito a quatro cadeiras no Conselho de Administração da Celesc.

Foi uma intervenção conjunta desses setores da Previ com os investidores privados com direito a voto. Chamaram de forma extraordinária para uma reunião do Conselho de Administração, na última quinta-feira, com 48 horas de antecedência.

E nesta reunião, dentre outras coisas, estava na pauta a transformação das ações preferenciais da Celesc em ações ordinárias, colocando a Celesc através do mecanismo da Bolsa de Valores, da Bovespa, na modalidade de mercado da Bolsa de Valores.

Isso permitiria quase que automaticamente que a Celesc perdesse as ações preferenciais e ficasse com direito a voto sobre apenas 20%, ou seja, perderia a maioria das ações com direito a voto, ficando com apenas 20% de direito a voto, no caso o governo do estado.

Na prática, a privatização da Celesc queria passar assim, despercebida. A reunião extraordinária do Conselho de Administração aprovaria isso e outros mecanismos. E nós, deputados, teríamos que engolir aqui na Assembleia esses mecanismos que levariam à privatização certa da Celesc.

Como os trabalhadores organizados nos sindicatos, no Sinergia e nos seis outros sindicatos do sistema Intercel - porque tem um representante dos trabalhadores no Conselho de Administração - descobriram, porque foram convocados para a reunião extraordinária algumas dezenas de trabalhadores, todos diretores sindicais fizeram com que houvesse um recuo e fosse tirado de pauta e não colocado em votação no final da tarde da última quinta-feira, dia 2 de julho.

Eu até apresentei esta moção discutindo um problema muito mais amplo, mas eu queria trazer para este Plenário este elemento, o fato de que o sindicato, ou em outras palavras, a organização dos trabalhadores no sindicato há ainda, apesar de todos os desgastes, apesar de tudo que se fala, apesar das calúnias que os sindicalistas sofrem no Brasil nos últimos 20 anos. Deputada Ada De Luca, essa intervenção pronta dos eletricitários garantiu que se puxasse o freio de arrumação, pelo menos que a sociedade ficasse alerta e descobrisse que isso estava acontecendo, porque provavelmente muitos dos membros do Conselho de Administração acabariam sendo atropelados por essa vontade privativista dos acionistas privados, e é o que dizem também da Previ. O sindicato, como sujeito da história a serviço da classe trabalhadora e a serviço inclusive da sociedade catarinense.

Quero parabenizar todos os eletricitários, do Sinergia e os demais sindicatos do sistema Intercel por esta atitude.

No dia 20 será julgada novamente a ação da Previ aqui no Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Estava marcada para a última segunda-feira, dia 6. E de novo, pelo pedido dos trabalhadores dos sindicatos, o julgamento foi suspenso e voltará no dia 20 deste mês.

Outros fatos posteriores: a saída de Eduardo Pinho Moreira da presidência da Celesc, a assunção à Celesc Holding de Sérgio Alves e a Celesc Distribuição, de Ricardo Rabelo, é uma incógnita.

Nós estamos felizes pela posição do ex-governador Eduardo Pinho Moreira de dizer, de manifestar e de manter a posição contrária à privatização, e queremos saudá-lo nesse sentido.

Estamos contentes também, deputado Dionei Walter da Silva, pelo que soubemos e lemos, que o partido político Democratas também já manifestou a sua posição contrária à privatização da Celesc. E nós só temos a aplaudir isso, até entendendo que alguma coisa de extraordinário está acontecendo no nosso reino barriga-verde, de pessoas e partidos políticos que historicamente têm uma posição contrária à privatização da Celesc.

Para a sociedade catarinense essa posição é muito importante e temos que chamar a esta tribuna, a este Parlamento, aquelas pessoas que dizem que existe dentro do próprio governo e que defendem a privatização da Celesc, porque se Eduardo Pinho Moreira é contra, se o Democratas, deputado Julio Garcia, é contra, quem será, dentro do governo, que defende a sua privatização?

Temos que fazer esse debate e trazer para cá para descobrir que são os chacais, porque parece que eles, nesse caso, andam nas sombras. Ninguém os vê andando por aí, e de repente vão lá e atacam.

Mas é importante também que busquemos e saibamos colocar na direção da Holding, da Celesc e da Celesc Distribuição agentes políticos do estado que tenham posição contrária à privatização.

Essa é a forma mais eficiente para garantir que não tenhamos nenhum golpe, nenhuma manobra sorrateira.

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Caro deputado, entendo que dentro do governo já tivemos a tentativa do governador, no mandato passado, de privatizar a Celesc, que foi barrada. Tivemos a mesma tentativa na Casan, no Hemosc e várias outras. Mas essa tentativa dentro do próprio conselho também pode ser um golpe orquestrado por alguém.

Então, é importante a sua moção, o seu posicionamento; é importante a posição do sindicato e foi importantíssima a posição de Eduardo Pinho Moreira, a quem quero cumprimentar, como também a bancada inteira do PMDB pela moção, inclusive pelo apoio dado à posição de Eduardo Pinho Moreira, pois senão a privatização passaria sem que a sociedade catarinense percebesse.

Eu conheço e separo o governador do PMDB, porque ele já destruiu o PMDB de Joinville, teve que trazer alguém de fora para disputar a eleição pelo partido, e se o PMDB não acordar, ele destruirá o PMDB de Santa Catarina, porque ele é um liberal que se diz um democrata do PMDB.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grando - Quero apenas fazer um questionamento. A Previ tem interesse nisso? A Previ não é dos trabalhadores? O que está havendo?

Acho que se a moção é a favor da estatização permanecer na Celesc, nós também temos que manifestar...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. deputado Sargento Amauri Soares, quero pedir a sua aquiescência para subscrever a matéria e aproveito para cumprimentar todo o sindicalismo. Aliás, o sindicalismo brasileiro cumpriu uma função importante nos anos 90 ao frear a privatização de várias empresas públicas que hoje estão cumprindo uma função importante no Brasil, como a Caixa Econômica Federal, a Petrobras, o Banco do Brasil e os Correios, que estavam no processo de privatização. Inclusive a Previdência estava a um passo para ser privatizada. Parte da Petrobras foi vendida porque um dia ela se chamou Petrobrax, sendo vendidas ações a partir do governo Fernando Henrique Cardoso.

Então, nós entendemos fundamental e defendemos a Celesc. Essa é uma posição sempre muito forte do nosso partido, no sentido de manter público um setor

estratégico, que é a geração e a distribuição de energia elétrica. Assim, nessa perspectiva não temos dúvida e queremos parabenizar os trabalhadores por mais essa luta.

Agora, nós entendemos que Eduardo Pinho Moreira deveria ter discutido antes esse problema com a sociedade catarinense e ter vindo a este Parlamento abrir o jogo ou não poderia ter saído da empresa neste momento! Ele poderia ter ajudado a resolver esse problema tão sério que a Celesc enfrenta.

Srs. deputados, essa questão é muito séria para Santa Catarina, para a sociedade catarinense e nesse sentido entendemos que as posições de Pinho Moreira, da bancada do PMDB e da bancada do DEM são importantes; é preciso que digam publicamente que são favoráveis à manutenção da Celesc como empresa pública e têm que agir duramente no sentido da não privatização. É preciso mostrar essa vontade na prática e não só no discurso, a fim de impossibilitar a privatização de uma empresa tão importante.

Há ações em jogo na Justiça em função de uma dívida, deputado Professor Grando! E a partir dessa dívida a Previ está agindo no sentido de recuperar os recursos ou participar da gestão da Celesc através das ações. É uma questão de negócio que precisa ser resolvida: ou se paga essa dívida ou a Previ vai cobrá-la de alguma forma através das ações da Celesc que foram dadas como garantia.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, eu gostaria de saudar os dois vereadores de Porto União, Gildo Luiz Masselai e Sandro Luciano Calikoski, atuantes parlamentares naquela cidade.

Muito obrigado pela presença e sintam-se em casa na Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente e srs. deputados, muita coisa está sendo dita, deputado Sargento Amauri Soares, sobre essa misteriosa saída do poderoso Eduardo Pinho Moreira do comando da Celesc, muitas notícias estão circulando por este estado afora e a única que não é verdadeira é a que está na nota oficial. O que aconteceu efetivamente não sei se vamos levar mais um dia, mais uma semana, mais um mês ou mais um ano para saber, mas a verdade vai aparecer.

Deputado Renato Hinnig, agora já começam a chegar as informações e as comprovações. Algumas coisas, inclusive, nós já havíamos anunciado e denunciado à Justiça de Santa Catarina, outras são novas, outras começam a aparecer agora, como, por exemplo, deputado Dionei Walter da Silva, a ata da reunião ordinária do conselho realizada no dia 27 de abril de 2009, quando foi decidida a interrupção de um programa chamado Ouro Sazonal, do qual eu nunca havia ouvido falar. Fazendo uso da palavra, o então presidente da Celesc Distribuição, Sérgio Rodrigues Alves, disse que o programa tinha que ser suspenso porque a sua manutenção implicaria um prejuízo anual de mais de R$ 100 milhões para a Celesc. Nós só conseguimos ter acesso a essa ata no dia de hoje, mas também conseguimos acessar algumas deliberações da diretoria, especialmente um contrato com uma empresa chamada Monreal, que, parece-me, é uma das verdadeiras motivações de todo esse desfecho, dentre outras muitas especulações.

O fato é que a nossa bancada, deputado Dionei Walter da Silva, v.exa. não estava aqui, vem chamando a atenção de Santa Catarina e da Justiça há muito tempo sobre isso.

Tenho aqui mais de uma dezena de pedidos de informação que fizemos sobre contratos milionários, com dispensa de licitação, sem explicações, e quando enviávamos um pedido de informação a empresa respondia que não tinha obrigação de encaminhar os documentos para cá, com base num parecer de um procurador do estado.

Isso demandou seis ações populares. Das seis já temos duas com resultado positivo, em primeiro grau, evidentemente. Até semana que vem vamos protocolar mais três ações populares, com base nos últimos contratos da tal da Advocacia Licurgo Leite, por exemplo, que é uma contratação milionária. Aliás, os contratos do dr. Eduardo Pinho Moreira, com dispensa de licitação, não envolviam cifras de milhares de reais, eram de milhões de reais para cima. Foram R$ 3 milhões, R$ 5 milhões, R$ 14.870 milhões pela contratação de um *software* que até hoje nós não conseguimos saber o porquê desse valor que é mais do que o valor de muitas empresas de informática.

Essas coisas todas ficavam muito sem resposta enquanto o presidente estava seguro no posto. Esse castelo de areia começou a cair na semana passada, mas nós vamos dissecar essas informações que recebemos hoje. E não são informações de gente de fora. Eu não tenho dúvida de que é de gente lá de dentro, graduada, e que tinha talvez medo, não tinha coragem de encaminhar para cá, mas são denúncias muito sérias, muito comprometedoras.

Nós estamos aqui cumprindo com o nosso papel, pois temos obrigação de fazer isso. Eu não posso ficar assistindo e ouvindo o ex-presidente e ex-governador bem aposentado Eduardo Pinho Moreira me chamar de doente, por exemplo, numa rádio, quando eu pedia explicações acerca de alguns contratos. E entre ser doente ou ter outras atitudes como as dele, eu prefiro a primeira.

O fato é que ele deve muitas explicações à sociedade catarinense. Ele, o governador e o próprio PMDB. Ora, o Eduardo Moreira saiu ontem insinuando que quem quer privatizar é o Luiz Henrique, a imprensa noticia que o Luiz Henrique assumiu compromisso com o tal de Lírio Parisotto para privatizar a Celesc. E o Eduardo Moreira e o Luiz Henrique não são do mesmo partido? São desconhecidos? São adversários?

O governador tem que deixar claro se ele quer privatizar a Celesc ou não, porque aqui não vai passar! Nesta Casa não vai passar! As Oposições não deixarão, como não deixamos passar quando para cá veio projeto semelhante no governo passado, no nosso governo. E não mudamos de posição. Como tenho certeza de que as bancadas do PMDB, dos Democratas e a do PSDB também não permitirão.

Agora, o Eduardo Moreira sair dizendo: "Olha, eu saí porque sou um bom moço, eu saí para impedir a privatização!" Há quanto tempo esse homem comanda a Celesc? Ele não sabia, então, do compromisso do seu chefe, de sua excelência, o sr. governador do estado, de assumir como principal investidor que iria vender a empresa? E onde entra o ex-governador Germano Rigotto nesse processo? Que múltiplos interesses são esses?

Há muita história mal contada nesse processo. A única inverdade que tem é que está na carta combinada, como eles colocaram. Carta combinada, é evidente! Ele não saiu da Celesc, ele foi obrigado a sair da empresa! E saiu pela porta dos fundos, sem explicações, querendo posar de bom moço, dizendo que só tinha feito isso porque queria manter a empresa pública, e que o seu chefe, o governador Luiz Henrique, não quer.

Deputado Lício Mauro da Silveira, nós não queremos de verdade, como sei que a bancada do PMDB não quer! Mas o governador quer e o Eduardo Pinho Moreira não sabia e não contou nada para ninguém?! Só contou quando começaram a aparecer questionamentos, quando começou a haver denúncias na bolsa de valores. Onde é que está a famosa carta do Lírio Parisotto?!

Eu faço um desafio à bancada governista, transparente que é: traga essa carta para o plenário. Essa carta é um documento público, que foi encaminhada por um acionista ao conselheiro de administração. Vamos lê-la, vamos chamar o seu Lírio Parisotto a esta Assembleia para saber se ele confirma ou não o que está na carta, ou seja, as graves denúncias e acusações que faz contra o ex-presidente.

Nós estamos aqui em defesa da Celesc, como o deputado Lício Mauro da Silveira o fez. E eu disse, hoje, na rádio, que o referido deputado estava junto ontem! Claro que estava! Porque ele é verdadeiramente defensor da Celesc, apaixonado, comprometido. Agora, esse discurso do dr. Eduardo pode convencer alguns poucos que se esforçam para vender isso. Mas, repito, só o que não é verdadeiro é o que está na carta combinada. E o verdadeiro motivo, deputado Lício Mauro da Silveira, eu não tenho dúvida, não demorará a aparecer. Mas que vamos manter a Celesc pública, vamos, sim!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, vejo aqui uns deputados se desdobrarem para buscar alguns comprometimentos do governo.

Eu lamento que o deputado Dionei Walter da Silva tenha feito uma consideração radical contra o governador; um governador que fez história como poucos no estado de Santa Catarina; um governador que tem sido um marco em defesa deste estado; um governador que em nenhum momento comprometeu este estado e que por onde passou orgulha qualquer cidadão catarinense brasileiro.

Então, não podemos aceitar a forma como o referido deputado colocou essa situação. E acho que a razão da sua radicalização é que ele acabou não vindo para esta Casa, ficando pendurado! Quem não vê um trabalho de uma história de mais de 40 anos de vida pública acaba não recebendo os votos para se eleger e fica pendurado. Lamento ter que dizer isso, mas quem não respeita o governador, acaba recebendo as coisas e por aí afora.

É preciso entender que nós temos um governo de bem, eleito e reeleito. Foi o

único governador do Brasil que renunciou para concorrer novamente ao cargo, como um cidadão comum. E pela sua história, pelo seu trabalho, pela sua forma de agir com o povo catarinense, ele se reelegeu.

E aí vem para a tribuna o eminente deputado Joares Ponticelli, sempre com a sua forma de fazer novela, falar do governador. Inclusive ele deveria estar na TV Globo, porque sabe montar tudo para discutir, e poderia ganhar R$ 3 milhões, como ganha o Faustão, porque novela ele sabe fazer.

Mas foi no governo do deputado Joares Ponticelli que privatizaram, que federalizaram o Besc, recebendo R$ 2,1 bilhões, colocando o estado numa dívida de R$ 4 bilhões para R$ 8 bilhões.

Parece que têm memória curta e pensam que o povo esquece. O povo não esquece, muito menos eu, que tenho cinco mandatos e que passei vários momentos neste Parlamento.

Vou votar favorável à moção, deputado Lício Mauro, porque não concordamos com o fato de um patrimônio nosso ser jogado em privatização. Então, vamos votar favorável, mas não concordo com esses discursos fáceis, de pessoas que não olham para trás, não enxergam o que passou e que ficam jogando pedra em vidraça.

Quero dizer que sempre defendi e continuo defendendo o eminente governador Luiz Henrique da Silveira. Tenho orgulho de dizer que ele é um cidadão como poucos neste estado. Ele tem amor e está construindo Santa Catarina. Ele tem respaldo popular, eis que já tentaram de todas as formas derrubá-lo, mas perderam no voto; foram para o tapetão e também perderam, mas não se conformam de jeito nenhum.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não! Vou ouvir este menino que veio de Lages, que faz um belíssimo trabalho. Inclusive, o projeto foi aprovado por unanimidade. Hoje é a questão da Polícia Civil. Com certeza, com o da Segurança Pública, a partir de terça-feira ou quarta-feira, acontecerá a mesma coisa.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Sr. deputado Manoel Mota, eu até acompanhava e peguei aqui a moção, mas acho que se discutiu a coisa errada.

A moção é clara, é de aplauso ao Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis e região por ação empreendida. O mesmo sindicato apoia Eduardo Pinho Moreira, e nós acompanhamos isso.

Não se discutiu e não estamos discutindo a questão do Eduardo Pinho Moreira. Nós podemos discutir aqui, sim, que a empresa deu R$ 250 milhões de lucro no ano passado, R$ 230 milhões em 2007 e R$ 230 milhões em 2008. E vai dar lucro novamente este ano. Então, o que temos que discutir é que a empresa está dando lucro, que não está dando prejuízo. Mas estão misturando as coisas. Foi misturado aqui. E nós que somos da base do governo, ninguém mais do que os deputados que dão sustentação e que falam com governador Luiz Henrique da Silveira, em momento algum nenhum deputado da base aliada, que fique bem claro, ouviu da boca do governador que ele iria privatizar a Celesc. E estão falando que o governador falou isso. Mas se ele não fala isso para os deputados da base aliada, será que falou para a Oposição, para os adversários?

Nunca se comentou, falou-se ou foi cogitada a privatização da Celesc. Inclusive ontem, à noite, estive com ele, que mais uma vez reafirmou que não haverá privatização da Celesc. Agora, fica o disse-me disse, mas aquele que é mandatário do estado e que chegou ao governo eleito pelo voto popular em minuto algum, em momento nenhum falou em privatização.

Tem muita gente falando e torcendo para o quanto pior melhor, dando discurso que é contra a privatização, mas está torcendo para que a Celesc seja privatizada ou que não dê lucro, que quebre.

Vamos fazer o discurso para melhor. E estamos aqui construindo um discurso para isso e para o melhor caminho. A Celesc está em um bom caminho. E se não estivesse, não estaria dando tantos lucros.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eminente deputado Elizeu Mattos, quem vendeu um patrimônio como o Besc de Santa Catarina, porque deixaram federalizar, entregaram para colocar a mão em R$ 2,1 bilhões, não tem moral para vir aqui falar que vão privatizar.

Então, lamento profundamente, mas não posso deixar de registrar que um homem de bem tem que ser respeitado. E o governador Luiz Henrique da Silveira é um homem de bem. Portanto, iremos fazer com que ele seja respeitado em todos os momentos, principalmente quando as pessoas passarem do seu limite, porque o governador não pode ser jogado por aí como as pessoas pensam; ele vai continuar trabalhando e construindo este estado para orgulho do povo catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Nilson Gonçalves, a ser enviada ao presidente da Anac e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, manifestando solidariedade sobre a fiscalização e redução nas cobranças abusivas das passagens aéreas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Nilson Gonçalves, a ser enviada ao presidente da República e ao ministro da Fazenda, ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, ao presidente do Banco Central, ao diretor-geral da Febraban e ao diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, manifestando solidariedade sobre a elaboração do PL no sentido de limitar as cobranças abusivas das taxas bancárias.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, a ser enviada ao presidente do Senado, ao presidente da Câmara dos deputados e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, manifestando apoio pela aprovação do PL n.058/2003.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do deputado Joares Ponticelli, a ser dirigido ao governador do estado e ao secretário de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, solicitando informações sobre o relatório circunstanciado relativo às fugas de menores infratores do Centro de Internação Provisória de Tubarão.

Em discussão.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, acho que estamos em poucos no plenário. E quero estudar um pouquinho esse pedido de informação. Não vou pedir para que faça a verificação de quórum, mas só peço que esse pedido de informação possa ser analisado com um maior número de quórum neste plenário para podermos deliberar na próxima sessão, se assim for o entendimento.

Não temos a menor intenção de pedir verificação de quórum para encerrarmos a sessão. Só estamos pedindo até para podermos estudar o teor todo do pedido de informação.

O sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, da minha parte não tem nenhum problema, até porque anexo ao pedido de informação está a reportagem dos jornais *Notesul e Diário do Sul* do dia de ontem, que é incrível, sr. presidente. O nosso CIP, o Centro de Internação Provisória, de Tubarão, funcionava muito bem num convênio do estado com a prefeitura de Tubarão há mais de dez anos. E faz menos de um mês que a turma do Ronaldo Benedet assumiu. Parece que onde essa turma do Ronaldo Benedet bota a mão a coisa desanda. Até vou trazer denúncias sérias para cá de contratação de parentes. Foi só essa turma assumir que a bagunça se instalou dentro daquele Centro de Internação Provisória de Tubarão, porque quando a prefeitura tocava, funcionava bem. É só isso que quero saber.

Mas concordo que o líder do governo possa estudar e dar mais um puxão de orelhas no delegado Ronaldo Benedet.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a aquiescência do deputado Elizeu Mattos, esta Presidência retira de pauta.

O próximo pedido de informação é de autoria do deputado, Dionei Walter da Silva, e s.exa. também pede que seja retirado da pauta.

Estão retiradas da pauta essas duas matérias.

Esta Presidência comunica aos srs. deputados que amanhã às 9h, por entendimento de todos os srs. líderes, deputado Lício Silveira, está assinado por todos eles, teremos uma palestra sobre o pré-sal, com a presença de um deputado do Rio Grande do Sul. Essa palestra tem o tema Pré-sal, petróleo e a soberania nacional, e terá a presença do presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, sr. deputado Ivar Pavan.

Então, amanhã às 9h será aberta a sessão e encerrada imediatamente para essa palestra.

Todos os srs. deputados estão cientes e convidados.

O Sr. Deputado Lício Silveira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Lício Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Esse assunto é extremamente importante. Mas no mesmo horário aqui nesta Casa estará havendo uma reunião para estudar problemas em relação à distribuidora de gás, no que toca a todo o estado de Santa Catarina. E eu tenho interesse nas duas. Não sei como irei participar delas.

Então, vou estudar para saber de qual vou participar.

Eu pediria, sr. presidente, que não deixasse mais acontecer esses fatos. Aí ficamos com dois assuntos extremamente importantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Sr. Deputado, a Mesa e a Presidência respeitam a decisão das lideranças, e está aqui assinado por todos eles. Então, as lideranças não têm que assinar quando não concordarem com um determinado tipo de matéria.

Terminada a pauta da Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o sr. deputado Giancarlo Tomelin, por até dez minutos.

Volto a lembrar os srs. deputados que as 18h teremos a inauguração e gostaria de contar com a presença de todos os senhores.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sras. deputadas e srs. deputados, senhoras e senhores que nos assistem através da TVAL, através da Rádio Alesc Digital, deputado Renato Hinnig, ontem ocorreu aqui uma sessão especial em homenagem aos 25 anos da ADVB de Santa Catarina, deputada Professora Odete de Jesus.

Foi uma sessão muito bem conduzida por esta Casa e não poderia me furtar de novamente parabenizar a ADVB nesse jubileu de prata que a entidade acaba de comemorar. Estiveram aqui no plenário diversas autoridades, diversos empresários empreendedores.

E eu que sempre venho aqui apenas para tratar de um assunto, vou tratar de cinco assuntos. E o primeiro deles é da ADVB.

Estavam aqui as personalidades de vendas Manoel Arlindo Zarone, presidente da Tractebel Energia, o sr. Antônio Koerich, presidente da Koerich, o sr. Beto, presidente e dono do Box 32, a Sônia Hess de Souza, presidente da maior camisaria da América Latina, uma mulher que orgulha Santa Catarina, que orgulha o Brasil. Estavam aqui também o sr. Osvaldo Moreira Douat, da Douat Têxtil, o sr. Leonardo Fausto Zipf, superintendente da Duas Rodas Industrial, uma empresa modelo para o nosso estado, para o país e para o mundo, porque começa até um processo de internacionalização. Estavam aqui também todos os ex-presidentes da ADVB de Santa Catarina, o presidente da Alfena ADVB, o presidente da ADVB São Paulo, o nosso querido amigo Miguel Ignatios, que foi o fundador da ADVBN há 25 anos.

Então, foi uma noite memorável para os profissionais de vendas e *marketing* do Brasil. Uma noite em que foi valorizado o empreendedorismo, foi valorizada a forma como a ADVB conduz os seus trabalhos, seja nas premiações, seja nos cursos de aperfeiçoamento.

Quero agradecer profundamente ao deputado Professor Grando, que ainda está aqui em plenário, que esteve presente, que não fez uso da palavra na ocasião, porque eu gostaria de ter ouvido a manifestação de v.exa. Também estavam presentes os deputados José Natal e Darci de Matos.

Então, um agradecimento especial ao Carlos Joffre do Amaral, o nosso presidente atual da ADVB de Santa Catarina, ele que tem feito não só a reforma física, depois de 25 anos de sede própria da entidade, restaurada, adaptada tecnologicamente, perfeita para os tempos modernos que vivemos. Ele estava aqui e acho que cabe a ele e à sua diretoria fazer também uma reforma no conteúdo, uma reforma na forma de trabalhar da ADVB, ligando-se cada vez mais à inovação, à liderança, ligando-se às tendências de mercado, tão bem ontem explanada por todos que fizeram uso da palavra.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Pois não!

O SR. Deputado Professor Grando - V.Exa. está de parabéns, principalmente por essa entidade, a ADVB, pela ação que vem empreendendo na prática durante 25 anos.

Não precisamos usar a palavra, porque me senti contemplado no seu discurso, do deputado José Natal e também pelas palavras do Vinícios Lummertz e dos representantes daqueles que foram agraciados com medalhas, com seus diplomas.

É desta maneira que se constrói uma sociedade com a característica da sociedade catarinense.

Ontem houve algo que me sensibilizou muito: Santa Catarina está crescendo. Temos o Paraná, temos o Rio Grande do Sul, mas o estado que cresce mais e de forma diferencial que traz essa juventude, essa experiência, essa tecnologia e a ciência é Santa Catarina. Olha que estamos trabalhando com estados que têm tradição, poder, mas temos uma política moderna, um empresariado moderno, e a ADVB ajudou muito a essa concepção do estado inserido na globalização, inserido na ciência, na tecnologia. Por isso, foi justa a homenagem. Temos a certeza de que vamos ter outros 25 anos e que maior será o desenvolvimento do nosso estado.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Obrigado, deputado Professor Grando.

Deputado Jorginho Mello, inclusive ontem eu tive a possibilidade aqui de contar sobre a ADVB nesse contexto mundial de inovação, sobre o curso que fiz com Peter Senge, hoje uma das maiores autoridades do mundo sobre liderança. Ele dizia que a fonte número um do século XX é a credibilidade e o relacionamento. E isso a ADVB tem de sobra: relacionamento com credibilidade.

Ainda tive a possibilidade de falar no livro que acabei de ler de Amartya Sem, *Sobre Ética e Economia,* que trata de uma das passagens da fábula do colchão onde diz, deputada Odete de Jesus, que quando você vê um colchão jogado numa rodovia duplicada, talvez seja apenas interesse do dono da rodovia, de uma rodovia que seja pedagiada, privada, seja apenas dele o interesse de tirar o colchão da rodovia, o que ele chama de comportamento autointeressado. E aí automaticamente ele questiona: e o vendedor de velas? E aquele que vende velas na frente de uma igreja? Ele o faz pela fé que tem na igreja ou na sua religião, ou faz por uma questão de economia? Não, o vendedor de velas, talvez, venda velas pela fé. E os vendedores e a ADVB, que é totalmente coordenada por vendedores, porque afinal todos somos vendedores, questiona tudo isso.

Então, o comportamento autointeressado dos carros que desviam do colchão e que somente o proprietário da rodovia tiraria o colchão, e o vendedor de velas à frente de uma igreja, compõem toda essa economia que tem múltiplos fatores de interesse e de trabalho.

Por isso, a ADVB de Santa Catarina nesses 25 anos da sua história fez Santa Catarina desenvolver-se, seja pelo comportamento do autointeresse, seja pelo comportamento econômico, e seja qual for a sua motivação, somos todos vendedores, vendedores de ideias, de inspiração, de vontade.

Eu queria ter tratado aqui de outros temas, e disse no início que trataria de cinco temas que são os quatro projetos de lei que tenho na Casa: a lei do telemarketing, para proibir de uma vez por todas, empresário Márcio, que nos prestigia, aquelas ligações intermináveis fora de propósito e fora de hora; o projeto que tenho que proíbe o fumo em ambientes fechados, privados ou públicos de uso coletivo; a lei dos condomínios, para que o inadimplente possa voltar ao seu estado de adimplência; e também por último queria tratar ainda da lei que tenho para aumentar o número do famoso teste do pezinho. Mas acabei tratando apenas da ADVB de Santa Catarina, dos 25 anos. E quero, para encerrar, parabenizar novamente todos os vendedores de Santa Catarina, todos os vendedores do nosso estado.

Muito obrigado, sr. presidente. Era isso que eu queria falar.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Srs. deputados, vou conceder a palavra ao deputado Manoel Mota, por no máximo cinco minutos, depois vou encerrar a sessão.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, visitantes que nos dão a honra de prestigiar o Parlamento catarinense, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, queremos fazer um registro da situação que estamos vivendo no sul de Santa Catarina. Aquela era considerada a segunda região mais pobre deste estado, e hoje temos o orgulho de dizer que ela está recebendo algumas obras que a coloca num patamar ideal de respeito para ocupar os espaços que tanto merece.

Primeiro foi conquistada uma obra fundamental, que foi a BR-101. Depois, a Serra do Faxinal, que vai diminuir em 200 quilômetros o acesso a Canela, Gramado e Caxias do Sul. Agora, nós vamos ter a licitação da Serra da Rocinha, ligando com a Argentina e tendo toda a soja do Rio Grande do Sul colocada no porto de Imbituba.

Recentemente, através do governador Luiz Henrique da Silveira, conseguimos negociar para que uma empresa, que vai gerar mil empregos e R$ 200 milhões de faturamento por ano, fosse instalada em Araranguá - já estão montando as máquinas, os equipamentos. E agora estamos conseguindo levar outra empresa de um patamar de dois mil empregos e de R$ 500 milhões de faturamento. Então, o sul começou a viver um novo momento.

Nós temos na presidência da SCGás um político arrojado, determinado, que foi em Araranguá, assumiu o compromisso com o gás no município, e hoje temos o orgulho de dizer que a empresa que vai fazer e ligação do gás com Araranguá já foi licitada e fará o canteiro para se instalar. Portanto, vamos levar o gás para lá.

E os vereadores de Sombrio, capitaneados pelo presidente José Possamai, junto com Nego Gomes, com Paulo, com o diretor da Câmara, estiveram hoje, às 11h30, com Ivan Ranzolin. E no dia 15 de agosto Ivan Ranzolin estará numa audiência pública em Sombrio para assumir um compromisso com o gás em Sombrio e mandar fazer o projeto de engenharia para que depois de Araranguá seja estendido a Sombrio.

Então, vamos viver um momento totalmente diferente, um momento de obras, um momento de geração de emprego e renda, e essa é a nossa luta, pois vamos melhorar a qualidade de vida do nosso povo. E esse é o compromisso que o governo do estado tem com a região, com toda Santa Catarina, e ele tem dado uma resposta positiva para a nossa região, que é o vale do Araranguá, que é o sul do estado.

Então, às vezes vimos aqui defender a pessoa honrada do governador Luiz Henrique da Silveira, porque a cada momento temos uma resposta positiva e vemos a nossa população da região sul feliz.

Só não está totalmente feliz porque, lamentavelmente, estão deixando cobrar indevidamente o pedágio em Palhoça. Vamos tomar medidas duras, radicais, porque não temos medo de assumir os nossos compromissos. Vão ter que parar ou que devolver, porque nós vamos tomar medidas duras e radicais. Não vamos deixar um grupo de fora do país roubar o dinheiro da população de Santa Catarina e no Brasil. É nessa linha que quero agir. Luto com muito respeito, mas fui eleito para defender a sociedade e não vou deixar que tirem o dinheiro do bolso da sociedade indevidamente.

Por isso, quero convocar todos os vereadores e deputados, como o deputado Sargento Amauri Soares, para que possamos tomar medidas...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Srs. deputados, não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 042-DL, de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Kennedy Nunes para ausentar-se do País, no período de 16 de julho a 04 de agosto do corrente ano, para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 09 de julho de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário
Deputado Ada Faraco De Luca - 4º Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Ás nove horas do dia trinta de junho de dois mil e nove, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Marcos Vieira, Sargento Amauri Soares, Pedro Uczai, Dirceu Dresch, Joares Ponticelli, Cesar Souza Júnior, Elizeu Mattos e Jean Kuhlmann. Aberto os trabalhos o Presidente passou a palavra aos Deputados que passaram a relatar as matérias em pauta. **O Deputado Marcos Vieira**, relatou o Projeto de Lei nº 0124.1/07, exarou parecer contrário, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Dirceu Dresch, o Projeto de Lei nº 0023.8/09, exarou parecer contrário, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Dirceu Dresch. **Deputado Cesar Souza Júnior**, relatou o Projeto de Lei nº 0488.4/07, exarou parecer de voto vista favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0193.3/09, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0208.4/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0190.0/09, exarou parecer favorável, com emendas modificativa e aditiva, que posto em discussão, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei nº 0060.2/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista coletiva à todos deputados **O Deputado Dirceu Dresch**, relatou o Projeto de Lei nº 0182.0/09, exarou parecer favorável, com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0172.9/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0631.4/07, exarou parecer voto vista contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria, o parecer favorável com emendas aditiva, supressiva, modificativa e substitutivo global, do relator original, e o Requerimento Capeado nº 0002.0/09, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Elizeu Mattos,** relatou o Projeto de Lei Complementar nº 0016.4/09, exarou parecer favorável com emendas modificativas, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Dirceu Dresch, o Projeto de Lei nº 0166.0/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei nº 0209.5/09, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0019.1/09, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei nº 0082.2/09, exarou parecer de voto vista pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Pedro Uczai**, relatou o Projeto de Lei nº 0099.6/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0173.0/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0265.2/08, exarou parecer favorável com emenda substitutivo global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0012.5/08, exarou parecer contrário, que posto em discussão, foi aprovado o parecer favorável, por maioria do relator original, e o Projeto Emenda Constitucional nº 001/09, exarou parecer voto vista favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Jean Kuhlmann**, relatou o Projeto de Lei nº 0096.3/08, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0069.0/09, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei nº 0257.2/08, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Sargento Soares,** relatou o Projeto de Lei nº 0086.1/09, exarou parecer favorável com substitutivo global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Joares Ponticelli,** relatou os Projetos de Lei nºs 005.6/08, 0194.4, e 0120.8/09, exarou parecer de pela diligência externa à todos, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0385.9/08, exarou voto vista com parecer contrário, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Jean Kuhlmann, o Projeto de Lei nº 0120.8/08 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0206.2/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Dirceu Dresch, o Projeto de Lei nº 010.6/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Dirceu Dresch, o Projeto de Lei nº 0210.9/07, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei nº 0196.6/09, exarou parecer favorável, com emenda substitutivo global, que posto em discussão e

votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Romildo Titon,** relatou os Projetos de Lei nºs 0200.7, 0204.0 e 0185.3/09, exarou parecer favorável com emenda modificativa à todos, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 0198.8, 0203.0, 0199.9 e 0211.0/09, exarou parecer favorável à todos, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0121.9/09, exarou parecer de voto vista com parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei nº 0210.9/09, exarou parecer pela diligência interna, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a presença dos Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 30 de junho de 2009
Deputado Romildo Titon
Presidente

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 078/2009

REFERENTE: 01º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 016/2009-01, celebrado em 25/05/2009.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: CICLO ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.
OBJETO: Alterar qualitativa e quantitativamente o objeto descrito da cláusula segunda do contrato, que se refere à reforma de gabinete incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos e mão-de-obra qualificada, visando formalizar a adequação das alterações realizadas no projeto original, subtraindo, acrescentando e modificando determinados itens da planilha.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, inciso I, alínea "b" da Lei n.º 8.666/93; Item 4.2, Cláusula Quarta do Contrato original; Autorização Administrativa.
VALOR: R$ 77.876,20 (setenta e sete mil, oitocentos e setenta e seis reais e vinte centavos).
Florianópolis, 25 de maio de 2009.
Deputado Jorginho Mello - ALESC
Ivandro de Oliveira - Sócio Engenheiro da Ciclo Engenharia e Construção Ltda.

*** X X X ***

EXTRATO Nº 079/2009

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação nº 007/2009, de 08/06/2009.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
CONTRATADA: Opera Gestão de Eventos Ltda.
OBJETO: Inscrição de 29 (vinte e nove) servidores da ALESC na EXPOGESTÃO (Congresso Nacional de Atualização em Gestão e Feira Nacional de Produtos e Serviços da Gestão) que aconteceu na cidade de Joinville no período compreendido entre 17, 18 e 19/06/2009.
VALOR GLOBAL: R$ 23.000,00.
DATA: 17, 18 e 19 de junho de 2009.
FUNDAMENTO LEGAL: art. 13, inciso VI combinado com o art. 25, caput, da Lei n.º 8.666/93 e Autorização Administrativa.
Florianópolis, 08 de junho de 2009.
Deputado Jorginho Mello - Presidente da ALESC

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1456, de 10 de julho de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR AGOSTINHO FERNANDO ZIMMERMANN, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-20, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Dionei Walter da Silva).
Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1457, de 10/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR o servidor **DILCIONIR JOSÉ GHELLERE**, matrícula nº 3279, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia da Secretaria de Comissão Permanente, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, ELENICE MARTINS FERREIRA RAMOS, que se encontra em licença por motivo de doença em pessoa da família, no período compreendido entre 07 e 27 de julho de 2009 (Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia e Minas e Energia).
Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1458, de 10 de julho de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR JUCEMAR PERITO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Narcizo Parisotto).
Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1459, de 10/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **EVALDO JOAO JUNCKES**, matrícula nº 5981, do cargo de Assessor de Deputado da Mesa, código PL/GAM-23, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 08 de julho de 2009 (2ª Vice-Presidencia).
Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1460, de 10/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **VALTER LOSCHNER,** matrícula nº 5841, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-67, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 9 de julho de 2009 (Deputado Serafim Venzon).
Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1461, de 10/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **VALTER LOSCHNER**, matrícula nº 5841 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-62, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 9 de julho de 2009 (Deputado Serafim Venzon).
Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1462, de 10/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **EVERTON LUIZ DE MATTOS RIBEIRO,** matrícula nº 4178, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 13 de julho de 2009 (Deputado Narcizo Parisotto).
Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1463, de 10/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **EVERTON LUIZ DE MATTOS RIBEIRO**, matrícula nº 4178 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 13 de julho de 2009 (Deputado Narcizo Parisotto).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1464, de 10/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **ARTEMIO CARNIEL,** matrícula nº 3103, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-51, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 13 de julho de 2009 (Deputado Narcizo Parisotto).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1465, de 10/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ARTEMIO CARNIEL, matrícula nº 3103 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-49, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da de 13 de julho de 2009 (Deputado Narcizo Parisotto).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1466, de 10/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **MARCELO CESIO SOARES,** matrícula nº 4679, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 13 de julho de 2009 (Deputado Narcizo Parisotto).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1467, de 10/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MARCELO CESIO SOARES, matrícula nº 4679 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 13 de julho de 2009 (Deputado Narcizo Parisotto).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1468, de 10/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR EDUARDO ROCHA CARAMORI, matrícula nº 4757 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-47, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 13 de julho de 2009 (Deputado Gelson Merisio).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1469, de 10/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MARCIO DOS SANTOS PORTO, matrícula nº 3951, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-20, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de sua posse (Deputado Dionei Walter da Silva).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1470, de 10/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0923/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento do servidor **ARNALDO FERREIRA DOS SANTOS**, matrícula nº 6041, quota de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidente sobre os respectivos vencimentos, no percentual de 3% (três por cento), totalizando 3% (três por cento), a contar de 25 de maio de 2009.

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1471, de 10/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,*

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Qüinqüênio		Processo nº
1203	Gabriel Barbato	30/06/04	29/06/09	1217/09
0526	Adelir Bez Lopes	25/06/04	24/06/09	1218/09

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1472, de 10/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **DANIELE DI DOMENICO,** matrícula nº 4847, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-52, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado Reno Caramori).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1473, de 10/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **DANIELE DI DOMENICO**, matrícula nº 4847 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-41, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado Reno Caramori).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1474, de 10/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **FABIANA ELICKER,** matrícula nº 5068, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-56, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado Reno Caramori).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1475, de 10/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **FABIANA ELICKER**, matrícula nº 5068 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-47, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado Reno Caramori).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1476, de 10/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **CARLOS MAGNO BARGEN,** matrícula nº 5883, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado Reno Caramori).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1477, de 10/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **CARLOS MAGNO BARGEN**, matrícula nº 5883 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado Reno Caramori).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1478, de 10/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
0727	Cleusa Regina e Silva	30	28/03/09	1311/09
2106	Ana Maria Baggio da Silva	45	24/06/09	1309/09
0889	Desio Muller	30	26/06/09	1310/09
1840	Jacson Ferreira	40	07/06/09	1308/09
1141	Laura Brasca	90	02/07/09	1312/09
1144	Raquel Terezinha Oliveira	60	01/07/09	1314/09

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1479, de 10/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 1313/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63,* caput*, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde à servidora **ELIANA BARCELOS**, matrícula 4346, por 10 (dez) dias, a contar de 1º de julho de 2009.

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1480, de 10/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 1315/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família à servidora **MARIA CELESTE FERREIRA MONTEIRO**, matrícula nº 1389, por 15 (quinze)dias, a contar de 01/07/2009.

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1481, de 10/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Juliano Sorgatto	4659	3%	3%	01/07/09	1204/09
Celio Teodoro Dias	1453	3%	33%	01/07/09	1205/09
Clarice Gomes de Faria	2050	3%	33%	02/07/09	1206/09
Claudiane B. Remor Borguezan	1293	3%	33%	01/07/09	1207/09
Josue Costa	5033	3%	3%	01/07/09	1208/09
Martha Brancher	5020	3%	3%	01/07/09	1209/09
Barbara Cristiane Clezar Borges	5036	3%	3%	01/07/09	1210/09
Camila da Rosa Santos	5025	3%	3%	01/07/09	1211/09
Edson Luiz da Silva	1243	3%	33%	01/06/09	1212/09

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1482, de 10/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Romeu Porto Daros	2316	3%	9%	01/07/09	1213/09
Rita de Cassia Silva da Luz	1303	3%	33%	01/06/09	1214/09
Maria Stella Perito Souza	2168	3%	27%	27/06/09	1215/09
Luiz Lopes Vieira Filho	1388	3%	24%	07/07/08	1216/09
Amelia Novaes Cordeiro	1375	3%	33%	01/07/09	1236/09
Claudio Jose Ramos Couto	1399	3%	33%	01/07/09	1239/09
Debora Mara Cardoso Borges	1294	3%	33%	01/07/09	1240/09

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1483, de 10/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Dorli Felippi Mantovani	1365	3%	33%	01/07/09	1241/09
Dulcineia Regis	1377	3%	33%	01/07/09	1242/09
Elisabeth Nuernberg	1378	3%	33%	01/07/09	1243/09
Elizabet Souza Aragão	1509	3%	33%	30/06/09	1244/09
Geraldo Marques	1380	3%	33%	01/07/09	1245/09
Helio Estefano Becker Filho	1332	3%	33%	01/07/09	1246/09

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETO DE RESOLUÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 011/09

Modifica o valor de vencimentos, considerando o que dispõe o inciso VII, do artigo 85 da lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985 e no artigo 5º da Lei Complementar nº 322 de 02 de março de 2006, estabelecendo critérios para a concessão da Gratificação de Insalubridade aos Servidores do Poder Legislativo do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído que os servidores do Poder Legislativo do Estado de Santa Catarina farão jus à Gratificação de Insalubridade, de acordo com o disposto no inciso VII, do 85 da lei nº 6.745/85 e artigo 5º da Lei Complementar nº 322/02 de março de 2006.

Parágrafo Único. Para os efeitos desta resolução, entende-se por atividade insalubre aquelas que, por sua própria natureza ou método de trabalho, expões direta e permanentemente os servidores a agentes físicos, químicos ou biológicos nocivos a saúde, em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.

Art. 2º A caracterização e a classificação dos locais ou atividades insalubre serão realizadas pela Gerência de Saúde do Servidor, da Secretaria de Estado da Administração, ou quem a sucede, que emitirá laudo pericial de avaliação de risco, nos moldes das regras vigentes.

§ 1º A emissão do laudo ficará condicionada a solicitação, pelo Presidente da Assembléia Legislativa ou por requerimento escrito assinado por pelo menos 05 deputados, à Secretaria de Estado da Administração.

§ 2º Ocorrendo mudanças substanciais no ambiente laboral, nas instalações físicas, dos equipamentos e dos métodos de trabalho, os quais foram considerados para a confecção do laudo ambiental pericial, a emissão de um novo trabalho ser solicitado.

Art. 3º O valor da gratificação de insalubridade a que se refere a presente Resolução terá como base de cálculo o valor da tabela de vencimentos atribuído pela Lei Complementar nº 322 de 02 de março de 2006, ao Grupo de ocupação ONA níveis 1, 2, 3, observados os seguintes percentuais:

I - 23% (vinte e três por cento) para o grau máximo;

II - 17%(dezessete por cento) para o grau médio;

III - 12%(doze por cento), para o grau mínimo.

Art. 4º A gratificação de insalubridade não abrange a hipótese de servidores que no exercício de suas atribuições fique exposto a agentes nocivos apenas em caráter eventual e deixará de ser paga quando o servidor não mais exercer o tipo de atividade que deu origem ao seu pagamento ou quando estiver afastado do exercício de suas funções.

§ 1º Considerando-se como efetivo exercício para o pagamento de Gratificação de Insalubridade o usufruto de férias, licença - prêmio e os afastamentos de licença-gestação, licença para tratamento de saúde própria ou em pessoa da família.

§ 2º Será assegurado ao substituto a percepção da Gratificação de Insalubridade enquanto perdurar a substituição.

Art. 5º Ficam convalidados os pagamentos efetuados a título de Gratificação de Insalubridade ocorrido após a edição da presente norma resolutiva.

Art. 6º Cabe a Diretoria de Administração da Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina adequar as atuais situações às normas desta Resolução, inclusive os pagamentos ainda não realizados, de processos já deferidos, a partir de que deverão obedecer à nova base de cálculo.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Deputado Jailson Lima da Silva - PT-SC.

JUSTIFICATIVA

A presente medida se torna imprescindível diante da constatação que a Assembléia Legislativa goza de prerrogativas diferenciadas no que tange a legislação pertinente ao funcionalismo público do Estado, qual seja, a lei nº 6.745 de 29 de dezembro de 1985, e mais especificamente quanto ao pagamento de Gratificação de Insalubridade regulamentada pela Lei Complementar nº 322 de 02 de março de 2006, recebendo em patamares superiores.

Assim, o presente projeto de resolução tem por escopo trazer a isonomia remuneratória, por ser medida da mais cristalina justiça.

Lido no Expediente
Sessão de 09/07/09

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL

EMENDA À REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 044/09

No art. 1º

Onde se lê: "...matriculada sob os nº 1.275 no Cartório de Registro,"

Leia-se: "...matriculada sob os nº 1.275, 2.505 e 2.534 no Cartório de Registro,"

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 08 de julho de 2009

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

JUSTIFICATIVA

A alteração proposta visa adequar a redação final ao que pretendia o autor; sendo que, os dados referentes a esta alteração estão nas folhas 25 do Projeto de Lei acima citado, na Informação nº 5990/08 da Gerência de Bens Móveis, Secretaria de Estado da Administração.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 044/09

Autoriza a concessão de uso remunerada de imóvel no Município de Bom Jardim da Serra.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, pelo prazo de vinte anos, à empresa selecionada por meio de processo licitatório, o uso oneroso de uma área com quinhentos metros quadrados, localizada próximo aos Peraus da Serra do Rio do Rastro, matriculada sob os nº 1.275, 2.505 e 2.534 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Joaquim e cadastrada sob o nº 03340 na Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo único. A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 2º A presente concessão de uso tem por objetivo a instalação de uma lanchonete e uma *lan house* no Mirante da Serra do Rio do Rastro, para melhor atender os turistas que visitam a região.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente concessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada por descumprimento dos deveres pela concessionária ou ao término do prazo da concessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização à concessionária.

Art. 5º Serão de responsabilidade da concessionária os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso.

Art. 6º A concessionária, sob pena de imediata reversão e independentementede notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a concessão de uso, a concessionária defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do concedente e da concessionária.

Art. 9º O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo Secretário de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 08 de julho de 2009

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***